



**UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA**

**ANA AMÉLIA DE SOUSA MAGALHÃES**

**FUNDAÇÃO CRÊ  
ALÉM DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – UM ESTUDO DE CASO.**

Salvador  
2007

**ANA AMÉLIA DE SOUSA MAGALHÃES**

**FUNDAÇÃO CRÊ**  
**ALÉM DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – UM ESTUDO DE CASO.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Estratégica, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Profa. Dra. Prof<sup>a</sup>. Alba Regina N. Ramos

Salvador  
2007

FICHA CATALOGRÁFICA  
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Magalhães, Ana Amélia de Sousa  
Fundação Crê: além da compensação ambiental – um estudo de caso /  
Ana Amélia de Sousa Magalhães. - 2007.  
113 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS.

Mestrado em Administração Estratégica, 2007.

Orientador: Prof. Dra. Alba Regina N. Ramos.

1. Meio Ambiente. 2. Desenvolvimento sustentável. 3.  
Organizações não-governamentais. I. Ramos, Alba Regina N., orient. II.  
Título.

CDD: 658.9

A minha mãe Bernadete, meu pai Antônio (*in memoriam*), meus irmãos Luiz, Toninho e Juli por seu amor incondicional e crença em mim.

Ao meu amigo, companheiro e amor, Ninho, por segurar minha mão quando precisei. Essa jornada sem você não seria possível.

## AGRADECIMENTOS

A Professora Alba, mestra atenta, zelosa e sempre disponível, pelo seu apoio fundamental, por ouvir minhas indagações e saber mostrar o caminho com paciência e brandura, compreendendo minhas falhas e limitações.

As amigas da Fundação Crê e de toda uma vida, Hortênsia e Ester, pelo carinho, suporte e orientação, minha eterna admiração pelo exemplo de persistência e bravura que mostram nessa bela trajetória.

Ao querido mestre Saturnino (*in memoriam*), por seus conselhos e “puxões de orelha”, tudo que foi ensinado estará para sempre guardado.

Aos moradores de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia pelo duro aprendizado de uma realidade que me era tão distante.

Aos colegas, amigos, professores e funcionários do Mestrado de Administração Estratégica da UNIFACS, especialmente as amigas professora Élvia Fadul, mestra que desde do início desta caminhada me incentivou e apoiou e a Danila, que com sua simpatia e delicadeza faz do seu ofício uma missão.

“A Terra pode oferecer o suficiente para satisfazer as  
necessidades de todos homens, mas não a ganância de  
todos os homens”

Mahatama Gandhi

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a Fundação Crê, criada a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado entre Ministério Público, a empresa Rio Doce Manganês e a Prefeitura Municipal de Simões Filho – Bahia, em 2001, focalizando o projeto Social Empreendimento Sustentável – SER. O trabalho tem como objetivo analisar se este projeto SER conseguiu alcançar resultados além da compensação ambiental. Esta pesquisa faz uma análise do Terceiro Setor, suas origens e desenvolvimento no contexto atual articulando-o com a Questão Ambiental, discutindo o modelo de desenvolvimento sustentável. A pesquisa desenvolvida com fontes primárias e secundárias indicou que os resultados alcançados pelo projeto SER extrapolam os previstos no TAC, porém foram insuficientes do ponto de vista da recuperação ambiental e formação de consciência crítica da comunidade.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Terceiro Setor; Compensação Ambiental; Fundação; Desenvolvimento Sustentável.

## SUMMARY

The objective of this paper is to analyze Fundação Crê, that was organized to attend to a Behavior Adjustment Agreement (TAC) signed in conjunction by the State of Bahia District Attorney, the company Rio Doce Manganês and the City of Simões Filho, based on the respective Responsible Social Enterprise project (SER). This paper tries to verify if the SER project was able to reach results beyond the aimed environmental compensation. This research also analyses the Third Sector, its origins and present development, linking it to the Environmental Question as well as discussing the sustainable development model. By using primary and secondary sources, the research indicated that the results obtained by project SER extrapolated those set by TAC, while being insufficient both in what concerns environmental recuperation and the creation of an environmentally awareness in the community.

Key Words: Environment; Third Sector; Environmental Compensation; Foundation; Sustainable Development.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Município de Simões Filho e localização de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia	77
Figura 2 - Condições de habitação de família selecionada para o projeto SER	99
Figura 3 - Condições de habitação de família selecionada para o projeto SER	100
Figura 4 - Vista de uma das ruas do Condomínio CRE- SER	100
Figura 5 - Vista geral do condomínio CRE-SER	101

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	13
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1 TERCEIRO SETOR – UM CONCEITO EM DEBATE.....	17
2.2 FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E DEMAIS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	20
2.3 A QUESTÃO AMBIENTAL – ALGUNS DADOS E REFLEXÕES.....	34
<b>3. FUNDAÇÃO CRÊ.....</b>	<b>57</b>
3.1. GÊNESE E DADOS ADMINISTRATIVOS.....	57
3.2. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – TAC.....	62
3.3. O MINISTÉRIO PÚBLICO E A ATUAÇÃO AMBIENTAL.....	66
3.4. RIO DOCE MANGANÊS – RDM ou antiga SIBRA ELETROSIDERÚRGICA S.A.....	69
3.5. O MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO .....	72
3.6. O PROJETO SOCIAL EMPREENDIMENTO RESPONSÁVEL – SER .....	77
3.7. COMUNIDADE BENEFICIÁRIA DO PROJETO .....	87
3.8. PARCEIROS INSTITUCIONAIS.....	90
<b>4. ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>95</b>
<b>5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>104</b>
REFERÊNCIAS .....	108
ANEXOS.....	115

## 1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental suscita polêmicas ao longo de quase três décadas entre a comunidade acadêmica, os governos, as empresas e a sociedade civil articulando-se aos debates sobre a questão da pobreza, aumento das desigualdades sociais, violência, desemprego, dentre outras temáticas que fazem parte do discurso oficial há mais tempo, como mostram vários estudiosos, problemas que continuam a fazer parte do cenário brasileiro e de outros países.

A questão da degradação ambiental parece tomar uma dimensão maior e de mais urgente solução nos últimos anos, quando os graves problemas começam a afetar diretamente a vida de milhares de pessoas, haja vista as catástrofes que ocorreram em vários países decorrentes das mudanças climáticas e de outros fatores.

Foram significativas as conquistas da sociedade brasileira, a partir da década de 80, em termos de legislação e de ações concretas, de movimentos articulados entre diversos segmentos da sociedade. Esses avanços possibilitaram o debate e busca de soluções para problemática ambiental e de outras questões sociais relevantes, numa dimensão interdisciplinar, procurando dessa forma superar uma visão mais cartesiana que dificultava ou embotava os debates e a ampliação de direitos e deveres.

A pobreza tem como uma das suas definições a carência material, que recorrentemente chancela o pensamento técnico da intervenção do Estado e também as iniciativas de empresas privadas. Ainda hoje, pela natureza de alguns programas sociais instituídos pelo Estado, percebe-se que a intervenção nesse assunto está relacionada ao fornecimento de bens materiais ou monetários, excluindo-se a possibilidade de protagonismo por parte dos receptores de tais programas. Estes traços estão também presentes na atuação, em alguns casos, do chamado Terceiro Setor que pode ser igualmente clientelista e assistencialista.

Conforme foi diagnosticado nesta pesquisa, o acesso aos direitos básicos é ainda distante das comunidades mais carentes, justamente as mais atingidas pelos efeitos da degradação ambiental. A maioria, não tem acesso aos serviços sociais básicos, com alto índice de desemprego, baixa instrução, baixa auto-estima e ainda habitam regiões inadequadas como as próximas a áreas industriais.

Dentre os debates e reflexões, que atualmente dominam a cena política, técnico e científica mundial, sobre qual modelo de desenvolvimento será capaz de enfrentar os problemas sociais, econômicos e ambientais contemporâneos, confluem alguns com dimensões de maior solidariedade e maior equidade. Torna-se conhecida a partir do Relatório de Brundtland em 1987 a proposta do eco-desenvolvimento que na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento a Eco-92 é chamada de desenvolvimento sustentável. Como sustentam vários atores da área ambiental, o desenvolvimento sustentável propõe ser um modelo mais equitativo, pois almeja o equilíbrio do econômico, social e ambiental.

No entanto, alertam autores como Boff que as críticas a esse modelo estão na própria definição das palavras que compõem a expressão, onde o “desenvolvimento” provém da perspectiva de economia capitalista, onde a lógica está fundamentada em três objetivos: aumentar a produção, o consumo e produzir riqueza. Já “sustentabilidade” tem suas bases nas ciências mais ligadas à própria vida natural como a biologia e ecologia. A simples junção das palavras já mostra o esforço de buscar um modelo que integra estas contradições. A abordagem de Ignacy Sachs, por exemplo, mostra que neste modelo, há uma preocupação não apenas sincrônica com a atual geração, mas também diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 2003). Lembrando que o conceito é de quase 20 anos atrás, em suas publicações mais recentes Sachs inclui a dimensão do trabalho digno na proposta do desenvolvimento

sustentável, além das já existentes, voltadas para busca do equilíbrio do meio ambiente articulando-se com o social e o econômico.

A Fundação Crê objeto de estudo desta dissertação, tem sua gênese em um Termo de Ajustamento de Conduta TAC (anexo A), firmado em 31 de março de 2001, onde os signatários são: o Ministério Público do Estado da Bahia, representado pela 1ª. Promotoria de Meio Ambiente, a RDM e a Prefeitura Municipal de Simões Filho.

O TAC é um documento composto de 60 (sessenta) cláusulas e a cláusula quarta do TAC determina a criação de uma fundação para coordenar a construção de 200 casas populares, uma escola e uma quadra poliesportiva. As atividades que antecederam e acompanharam esta construção foram formatadas em um projeto, denominado Projeto SER.

Esta experiência acontece nas três comunidades, que são circunvizinhas à empresa Rio Doce Manganês – RDM: Mapele, Cotegipe e Santa Luzia. Segundo matéria jornalística publicada em março de 2001<sup>1</sup>, o principal dano provocado pela RDM refere-se à emissão de poluentes na atmosfera. A RDM pertence a *holding* Vale do Rio Doce, quarto maior conglomerado do setor siderúrgico do mundo.

A poluição é resultante da produção de ferro-liga que como resíduo lança nas regiões vizinhas à fábrica (Mapele, Santa Luzia e Cotegipe) um material particulado, que forma uma nuvem negra de fuligem na região (BRAGA, Ivana. 2001).

Em 14/09/05 o Jornal “A TARDE”<sup>2</sup>, publica que a empresa é acusada, pela população local, como a responsável pela má qualidade do ar na área, sendo que as chaminés da fábrica

---

<sup>1</sup> Disponível em <[http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia\\_impresao.asp?codigo=2364](http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impresao.asp?codigo=2364)>, capturado em 19/04/05.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www3.atarde.com.br/cidades/interna.jsp?xsl=coluna.xml&xml=COLUNA/2005/09/14/968427.xml>>, capturado em 14/09/2005.

não conseguem realizar a filtragem adequada, e como conseqüência há muita emissão de fuligem para as residências. Em 20/09/05, o mesmo jornal publica que a RDM lançou a pedra fundamental da Usina de Sinterização, para diminuir os índices de degradação ambiental da fábrica, sendo este um item que foi imposto à fábrica pelo do TAC, firmado em março de 2001.<sup>3</sup>

Os impactos causados pela atividade siderúrgica são perceptíveis no solo, na água, na atmosfera, e na fauna e flora, conforme cita o relatório<sup>4</sup> anexo à Ação Pública Civil. Segundo este relatório, os danos referentes à poluição atmosférica são relacionados com a emissão de material particulado, se tornando maior ou menor de acordo com as condições do ambiente em questão, ou seja, a presença ou não de um relevo movimentado, de uma vegetação densa e preservada, com a circulação dos ventos e da alteração antrópica.

O material particulado lançado pelas chaminés da fábrica é o que mais incomoda a comunidade do entorno. No entanto, outras fontes de poeira são encontradas como a poeira oriunda dos pátios de descarregamento dos minérios, das estradas, das pilhas de material, das caçambas de caminhão, etc. Há também fumaça de motores das máquinas; gases e impurezas dos locais de beneficiamento (queima). Todo este material poluente coloca em risco não só a população circunvizinha, como também os funcionários da empresa e esse fato chamou à atenção para os graves problemas de poluição do local, não só do Ministério Público, como da comunidade e dos órgãos ambientais.

---

<sup>3</sup> Disponível em

<<http://www3.atarde.com.br/jornal/ambientevida/interna.jsp?xsl=noticia.xml&xml=NOTICIA/2005/09/20/838553.xml>>, capturado em 20/09/05.

<sup>4</sup> Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, tendo como responsáveis técnicos : Luiz Juvêncio Cardoso Quaglia, Nívea Roquilini Santos Silva e José Jorge de Souza Carvalho, constando do Inquérito Civil , na juntada de documentos enviados pela SIBRA ao Ministério Público.

As reflexões em torno da questão ambiental, que podem culminar, nos tempos atuais, em ações como as determinadas pelo TAC, originam-se a partir da preocupação com os recursos naturais e sua utilização desenfreada por parte do ser humano. A produção dos bens consumidos pelas sociedades gera poluição ao meio ambiente, danos que acabam atingindo, direta ou indiretamente, a própria humanidade. (REIS e MAGALHÃES, 2006). Historiamos a questão ambiental e seus desdobramentos ao longo deste trabalho.

Não alheio a esta confluência de preocupações ambientais, o Estado Brasileiro torna a legislação ambiental mais fortalecida para o enfrentamento do problema. No art.225, da *Carta de 88*, encontramos que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Ainda no parágrafo terceiro deste artigo encontramos que:

“§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, **independentemente da obrigação de reparar os danos causados.**”

É na Carta de 88 que o Ministério Público assume a defesa dos chamados Direitos Difusos ou Indisponíveis<sup>5</sup>.

O Ministério Público, signatário do acordo que deu origem à fundação, é definido como um órgão permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, segundo artigo nº. 127 da Constituição Federal de 1988, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

---

<sup>5</sup> **Direito Difuso** : é o que pertence a grandes grupos ou parcelas de grupos, constituindo-se em prerrogativa jurídica socializada. Não são direitos individuais ou personalíssimos, são direitos de comunidades e coletividades, que podem ser postulados por entidades que a representam ou órgãos públicos que tutelam o bem comum. (Aguiar,1988 apud Quadros,2004).

Apoiado em legislação recente, o Ministério Público tem importante participação como agente do Estado na questão ambiental, a partir da Lei nº. 6938 de 31/08/81 da Política Nacional do Meio Ambiente, que no seu artigo 04 inciso VII, que registra: *“a imposição ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos ambientais causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais para fins econômicos”*.

Os princípios de recuperar ou ressarcir o ambiente são encontrados também na Lei Federal de nº. 7.347/85 de Ação de Civil Pública, que no seu art. nº13 obriga uma punição ao agente poluidor de pagamento em favor do Fundo Nacional ou Municipal:

“Havendo a condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.”

No artigo 5º, inciso II, § 1º, desta mesma lei encontramos que: “§1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.”

No Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, no art.113 § 6º encontramos que: *“Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”*<sup>6</sup>. (Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582 /MG - STJ).

A 1ª. Promotoria do Meio Ambiente de Simões Filho, órgão executivo do Ministério Público do Estado da Bahia, ciente da grave situação de funcionamento da SIBRA Eletrosiderúrgica atual Rio Doce Manganês, propôs em 28 de Dezembro de 1993 a Ação Civil Pública de nº. 3544/93 na Vara Cível de Simões Filho, que visava avaliar os impactos

---

<sup>6</sup> Grifo nosso



ambientais, na saúde e segurança dos empregados e saúde pública das comunidades do entorno, Mapele e Cotegipe, gerados pelo funcionamento da citada empresa. Quase uma década depois é firmado o Termo de Ajustamento de Conduta que paralisa a Ação Civil Pública e estabelece como “Compensação Ambiental” a criação de uma fundação para gerenciar a construção já anteriormente referenciada.

Segundo Pinho (2003) existe outras formas de Compensação Ambiental que não a criação de uma fundação, pois, não há dispositivo legal que obrigue a escolha de uma ou outra opção pelo membro do Ministério Público. Esta se baseia apenas no senso de justiça do Promotor que tem procurado zelar, no entanto, pelos princípios de eco-eficiência<sup>7</sup>, uso de tecnologias mais limpas<sup>8</sup> e sustentabilidade, defendidos pela Lei 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente e a Constituição Federal de 88.

A escolha de criar a fundação para gerir a construção de um condomínio em bases sustentáveis pareceu, à época, a forma mais adequada de elaborar a solução para o problema encontrado. Além do espaço de moradia era possível oportunizar a geração de ocupação e renda, acesso aos serviços básicos de infra-estrutura (água, esgotamento sanitário e eletricidade), educação ambiental e outros objetivos que embora não estivessem detalhados no TAC, foram um desdobramento das ações da Fundação na comunidade destino.

Conforme o entrevistado A – Representante do Ministério Público:

“Tudo é um processo de amadurecimento, a compensação ambiental hoje, ela já se democratizou, a decisão do que é a compensação ambiental na promotoria de Simões Filho, por exemplo, ela tem um processo participativo com a comunidade. Então, hoje a comunidade do local atingido ela hoje já contribui com idéias para que

---

<sup>7</sup> **Ecoeficiência:** conceito de produção com mais eficiência e utilizando menos recursos, provocando assim menor impacto ambiental. Desta forma complementa a dimensão econômica com a ambiental.

<sup>8</sup> O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA define a produção mais limpa como a aplicação contínua de estratégias de prevenção ambiental para processos, produtos e serviços com vistas a aumentar a ecoeficiência, prevenir a poluição do ar, água e solo, reduzir os resíduos na fonte de poluição e minimizar os riscos para a população humana e o ambiente (Harris, 1997 apud Quadros, 2004).

a solução já nasce também chancelada por um anseio da comunidade, uma concordância da comunidade.

Mas isso não ocorreu no processo da compensação aplicada em 2001, pois ainda era um instituto muito novo, hoje tem sete anos, mas naquela época tinha 02 anos, e hoje nós estamos, com certeza, amadurecendo. E esse amadurecimento vai através dos princípios do Direito Ambiental, que estão a transparência e a participação. Então, eu aplicaria novamente sim da forma que foi em 2001, se ocorresse uma oportunidade, uma verba significativa, eu levaria a criação de uma entidade ou mesmo um suporte para a fundação já existente. Acho que a idéia é positiva sim, acredito também que isoladamente, uma compensação ambiental que só crie uma fundação, pode parecer que está relegando o aspecto ambiental que é fundamental.

A Fundação Crê, ao elaborar o projeto Social Empreendimento Responsável, propõe uma solução integradora, na medida em que conjuga a valorização do patrimônio ambiental, com a melhoria da qualidade de vida das comunidades atingidas e a possibilidade de geração de renda para estas, promovendo uma mudança no patamar social das famílias beneficiadas.

Embora a organização tenha iniciado suas atividades com patrimônio próprio, objetivos definidos e Diretoria e Conselhos escolhidos a partir dos atores sociais envolvidos no acordo, há um lapso quanto à participação da comunidade, cuja participação nas decisões principais do TAC não é observada.

Aos destinatários do projeto não houve consulta prévia sobre o destino da compensação e nem foi solicitada a sua participação no conselho ou diretoria da Fundação. Este fato, certamente, gerou problemas de legitimidade diante desta mesma comunidade que por vezes não entende ou confunde o papel da Fundação com o do Estado.

O presente trabalho focaliza a Fundação Crê esta organização do Terceiro Setor criada a partir da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, como forma de saldar o passivo ambiental com três comunidades do município de Simões Filho. A Fundação Crê foi efetivamente registrada no Cartório de Registro Civil da Comarca de Simões Filho em 01 de junho de 2001. Desde a sua criação a Fundação Crê promove o projeto Social Empreendimento Sustentável – SER

A pesquisa analisou a atuação desta organização, nestes 06 anos de existência, avaliando o projeto SER, pois este é a “coluna vertebral” da fundação, muitas vezes confundindo-se com a mesma e chegamos a seguinte questão central:

**O Projeto SER, com bases nas premissas do Desenvolvimento Sustentável e que estruturou as ações da Fundação Crê, conseguiu alcançar resultados além da compensação ambiental?**

Para auxiliar no desdobramento da questão central, relacionamos algumas questões, a saber:

1. Qual a percepção da Comunidade Alvo, parceiros e colaboradores sobre a Fundação Crê / Projeto SER?
2. Quais as alterações nas condições de vida (trabalho, moradia, saúde e outros), a Fundação possibilitou a comunidade, com o projeto SER?
3. A construção das casas, como forma de compensação ambiental, foi adequada?

A importância da pesquisa justifica-se na medida em que se tornam cada vez mais evidentes os graves problemas ambientais causados por políticas de crescimento que relegaram a segundo plano questões relevantes abordadas por aqueles que defendem o desenvolvimento sustentável e que hoje estão em todos os cenários, como por exemplo, o debate mais recente do aquecimento global. O resultado desta pesquisa também pode subsidiar políticas públicas voltadas para aplicação de um modelo de projeto que propugna por desenvolvimento socialmente mais justo, integrando soluções de forma interdisciplinar, preferencialmente de forma não assistencialista, capacitando e buscando a independência de seus beneficiários.

Essa dissertação está dividida em 04 capítulos além desta introdução, desenvolvendo os seguintes assuntos:

O primeiro capítulo trata de uma revisão bibliográfica sobre o Terceiro Setor, as organizações sem fins lucrativos e seu desenvolvimento, as iniciativas associativistas, definições para as fundações e demais organizações sociais, a questão ambiental nas suas variadas facetas inclusive como está influenciando as tomadas de decisão nos ambientes empresariais. Foi conceituado também o TAC, como instrumento legal usado para chegar a compensação ambiental e contextualizamos a participação dos três atores responsáveis por suas assinatura: o Ministério Público, a RDM e o município de Simões Filho.

No segundo capítulo abordamos a Fundação Crê objeto desta pesquisa, sua gênese, seus projetos desenvolvidos, em desenvolvimento e futuro, uma descrição dos parceiros e dos demais parceiros institucionais dos projetos. Também foi feita uma descrição da comunidade beneficiária e do espaço de atuação da fundação. Neste segundo capítulo também trabalhamos a análise dos dados coletados, a partir dos questionários aplicados, entrevistas e observação participante da autora, que acompanha os trabalhos da fundação desde sua gênese. No terceiro capítulo são analisados os resultados obtidos na pesquisa e o quarto é de conclusões.

Para esta pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica que permitiu a sustentação teórica e da análise dos resultados coletados com base em autores como: Giddens (1987), Caccia Brava (1994), Andrade (1997), Sheren-Warren (1998), Resende (1999), Camargo et. al. (2001), Feldman (2001), Gohn (2001), Leff (2001), Shim (2001), Vieira (2001), Dominiq e Plihon (2002), Franco et. al. e Shommer (2002), Melo (2002), Montaña (2002), Viola (2002/2003), Franco (Augusto de, 2003), Lima (2003), Nascimento (2003), Novaes e Assunção (2003), Ribeiro (2003), Rubens Born (2003), Sachs (2003), Ciconello (2004), Ferraz, Couto e Elias (2004), Sabo (2004), Berttiol (2005), Kanitz (2005), Müller (2005),

Berton (2006), Boff (2006) e Marques, Etges e Campos (2006), Ferreira (1996) e Telles (1993), além da pesquisa na World Wide Web, nos seguintes sites: [www.economiabr.net](http://www.economiabr.net), [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br), [www.noticias.terra.com.br/ciencia](http://www.noticias.terra.com.br/ciencia), [www.fabesp.br](http://www.fabesp.br), [www.millenumassessme nt.org](http://www.millenumassessme nt.org), [www.pactoglobal.org.br](http://www.pactoglobal.org.br). A atuação do Ministério Público em relação ao Meio Ambiente, foi revisada através da leitura de artigos diretamente relacionados na Constituição Federal de 88, na Constituição do Estado da Bahia, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei de Ação Civil Pública e do Código de Defesa do Consumidor. A respeito das definições sobre o funcionamento e institucional do Ministério Público a revisão bibliográfica se baseou nos seguintes autores: Souza (2001), Graça (2001), Pinho (2001 e 2003), Nalini (2003) e Mazzili (2001).

Para as informações sobre a cidade de Simões Filho, consultamos o Diagnóstico Sócio – Econômico – DSE e documentos internos da fundação.

## **1.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Esta dissertação tem como objetivo geral:

- verificar como o projeto SER da Fundação Crê conseguiu alcançar resultados além dos pretendidos pela compensação ambiental, determinada no TAC de março de 2001.

E como objetivos específicos:

- analisar a percepção da comunidade, parceiros e colaboradores a respeito da Fundação Crê;
- avaliar quais condições da vida nas comunidades pesquisadas foram alteradas após 05 anos de execução do projeto SER.

- analisar se a compensação ambiental aplicada foi a mais adequada;

Foram utilizadas fontes de pesquisa primárias e secundárias, em fases diferentes determinadas de fase 01 – análise documental e fase 02 – aplicação de questionários e entrevistas.

Na primeira fase foram feitas as leituras das fontes secundárias de pesquisa e sistematização destas informações, como, por exemplo, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, Relatórios das Perícias Ambientais realizadas antes do TAC e Escritura de Registro Civil da Fundação.

Continuamos esta primeira fase com a leitura dos documentos posteriores à criação, como as Atas de Reunião de formação dos grupos de trabalho, a saber, o grupo que determinou a forma construtiva das unidades habitacionais, o projeto arquitetônico, o projeto urbanístico e o tipo de material a ser utilizado, bem como o grupo que iniciou o trabalho social. Também foram examinados os projetos que compõem o Projeto Social Empreendimento Responsável – SER bem como os relatórios de atividades anuais que a Fundação encaminha ao Ministério Público para fiscalização naquele órgão. A partir destas leituras foi possível contextualizar a etapa de criação da fundação, registrar quais os seus objetivos principais àquela época e analisar o histórico dos atores sociais envolvidos.

Ainda como fontes secundárias, foram utilizados outros elementos: textos, periódicos, livros, revistas, artigos científicos, dissertações relacionadas ao tema, quer estivessem nas bibliotecas convencionais ou na World Wide Web (WWW). Com a conclusão desta etapa foi possível construir os instrumentos de pesquisa para a etapa seguinte.

Na segunda etapa, utilizamos como fonte primária de pesquisa, os questionários aplicados a 50 famílias das comunidades alvo, em uma amostra aleatória, sem distinção entre

as já atendidas pelo projeto SER na 1ª etapa (residentes a partir de 2004), atendidas na 2ª e 3ª etapas (residentes a partir de dezembro de 2005) e não atendidas. Para esta aplicação, utilizamos 05 entrevistadores das próprias comunidades, procurando assim evitar a contaminação das respostas com a aplicação pela própria autora, que possui uma relação muito próxima da fundação. Foram distribuídos 40 questionários para as famílias que já estão assentadas no condomínio Crê-Ser e 10 questionários em famílias não selecionadas.

Como critério de escolha para estas famílias entrevistadas, selecionamos estas 50 famílias entre as que já haviam respondido a um questionário aplicado em 2002 e cujos resultados compuseram o **Diagnóstico Sócio Econômico** - DSE. Este diagnóstico foi concluído em 2003 e é a base de todo trabalho da área social da fundação, inclusive a seleção das próprias famílias. O DSE trabalhou a totalidade da população das três comunidades, cerca de 2.000 famílias. Este questionário compõe o anexo B desta pesquisa.

Como parte da estratégia de pesquisa, após a aplicação dos questionários desta pesquisa, foi solicitada à Fundação Crê o acesso aos questionários das mesmas famílias anteriormente entrevistadas para o DSE. Agrupamos então os 50 questionários desta pesquisa com os questionários do DSE para nova digitação, uma vez que os resultados que dispúnhamos dos questionários do DSE eram da população total. Foram separados para digitação os questionários desta pesquisa e os correspondentes do DSE. Foi verificado que faltavam 03 questionários do DSE e para não prejudicar a amostra foram excluídos da digitação. O programa selecionado para digitar os 94 (47 da pesquisa e 47 do DSE) questionários foi o SPSS versão 9.0.

A escolha da aplicação de questionário somente com as famílias do projeto SER, excluindo os colaboradores e funcionários da Fundação Crê, foi proposital para atender aos objetivos desta dissertação, uma vez que como são os destinatários finais das ações, a eles

caberiam maior peso das respostas. Para complementar os resultados obtidos com os questionários, foram realizadas 05 entrevistas abertas com roteiro semi-estruturado, com o seguinte público alvo:

- 02 famílias selecionadas para o Projeto SER;
- 01 representante do Ministério Público;
- 02 representantes da Fundação Crê;

Estas 05 (cinco) entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2006. Como forma de preservar as identidades dos entrevistados os mesmos serão identificados conforme a lista a seguir:

- Entrevistado A: representante do Ministério Público
- Entrevistado B: representante da comunidade 01
- Entrevistado C: representante da comunidade 02
- Entrevistado D: funcionário da Fundação Crê 01
- Entrevistado E: funcionário da Fundação Crê 02

O roteiro das entrevistas estão apresentados no anexo C desta dissertação.



## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 TERCEIRO SETOR – UM CONCEITO EM DEBATE**

O termo Terceiro Setor se encontra em debate há muito tempo e há um dissenso quanto à formulação deste. Autores como Novaes e Assunção (2003) afirmam que não existe um consenso preciso sobre o Terceiro Setor, suas origens e as entidades que o compõe.

Para Gohn (2001) fala-se em terceira onda, terceira via terceiro setor, terceiro milênio, além de setor terciário, Terceiro Mundo, terceira idade, terceiro escalão e etc., e diferente da posição dos “terceiros” na filosofia dialética, onde o terceiro termo é a síntese entre a tese e a antítese, na atualidade este termo propõe-se como alternativa para a superação dos modelos anteriores, sendo o “Primeiro” representado pelo Estado e o “Segundo” representado pelo Mercado.

Para Kanitz (2005), o Primeiro Setor é o Governo, que é responsável pelas questões sociais, o Segundo Setor é o privado, responsável pelas questões individuais e com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado Terceiro Setor.

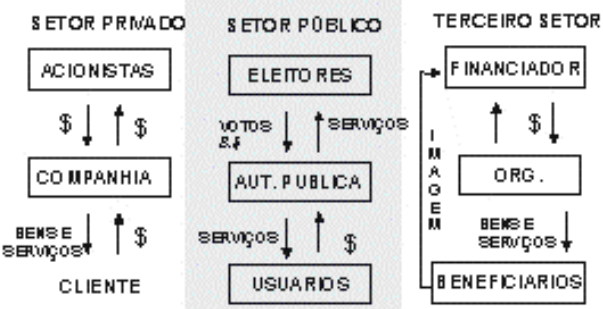
De acordo com Melo (2002), o Terceiro Setor pode ser entendido como o que não é Estado nem mercado, ou seja, constitui-se de organizações que não integram o Estado nem a iniciativa privada com fins lucrativos.

Já em Montañó (2003) encontramos uma postura mais crítica sobre o tema. Avalia o autor que o Estado é quem promove o “Terceiro Setor”, na medida em que ao afastar-se da questão social responsabiliza parte da Sociedade Civil a assumir este papel. Percebemos que o autor faz questão de manter as aspas como que destacando a nomenclatura Terceiro Setor

como algo pejorativo, aludindo a um caráter de dissimulação da verdade que se esconde por trás do termo. Percebemos claramente a sua postura de crítico ácido quando se refere à política Neoliberal adotada mundialmente a partir dos anos 80. “O debate dominante sobre o Terceiro setor torna-se assim, funcional ao processo de reformulação do padrão de resposta às seqüelas da questão social, propiciado no interior da estratégia neoliberal de reestruturação do capital” (MONTAÑO, 2003).

O Terceiro Setor, em síntese, constituir-se-ia de organizações com três características fundamentais: não fazem parte do Estado, não ensejam lucros e visam benefícios coletivos.

Outras definições podem ser obtidas do quadro a seguir:

Peter Druker / 1994	“As empresas fornecem bens e serviços. O governo controla. A tarefa de uma empresa termina quando o cliente compra o produto, paga por ele e fica satisfeito. O governo cumpre sua função quando suas políticas são eficazes. A instituição sem fins lucrativos não fornece bens ou serviços, nem controla. Seu produto não é um par de sapatos, nem um regulamento eficaz. Seu produto é um ser humano mudado. As instituições sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio, isto é, toda uma vida transformada.”				
Análise sustentada nas transações dos diferentes setores – Mike Hudson / 99	 <p>O diagrama ilustra as transações entre três setores: Setor Privado, Setor Público e Terceiro Setor. No Setor Privado, há uma troca entre ACIONISTAS e COMPANHIA, com fluxos de dinheiro (\$) e bens/serviços. A COMPANHIA fornece bens e serviços para o CLIENTE. No Setor Público, há uma troca entre ELEITORES e AUT. PÚBLICA, com fluxos de votos e serviços. A AUT. PÚBLICA fornece serviços para os USUÁRIOS. No Terceiro Setor, há uma troca entre FINANCIADOR e ORG., com fluxos de dinheiro (\$) e bens/serviços. A ORG. fornece bens e serviços para os BENEFICIÁRIOS. Há também uma interação vertical entre o Setor Público e o Terceiro Setor, com fluxos de dinheiro (\$) e serviços.</p>				
Análise sustentada nas conjunções entre o Setor Público e o Setor Privado – Rubem César Fernandes/94		AGENTES	FINS	SETOR	
		Privados	para Privados	=	Mercado
		Públicos	para Públicos	=	Estado
		Privados	para Públicos	=	Terceiro Setor
		Públicos	para Privados	=	Corrupção
Modelo dos três setores	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Governo (primeiro setor) – ação legitimada e organizada por poderes coercitivos.</li> <li>2. Mercado (segundo setor) – atividades envolvem trocas de bens e serviços para obtenção de lucro, baseados no mecanismo de preços e ligados à demanda.</li> <li>3. Atividades sem fins lucrativos (terceiro setor) – visa à mudança social através de</li> </ol>				

*Fonte: ESPM/Exame e Associação Viva e Deixe Viver*

No entanto, como nos lembra Melo (2002) não é usual, pelo menos no Brasil, as empresas referirem-se a si mesmas por segundo setor ou o Estado identificar-se como primeiro setor. Esta retórica segue uma tendência na área da Administração de classificar dentro de um paradigma os tipos de organizações existentes. Assim, nos parece mais profícuo estabelecer o surgimento deste tipo de organização e acompanhar o seu aumento de importância a partir dos anos 80-90.

De acordo com alguns dos autores consultados, o Terceiro Setor no Brasil tem se desenvolvido de forma a compensar a ausência do Estado nas questões sociais. No entanto, existem autores que preferem discutir esta questão de outra forma. Sobre a posição entre os setores, alguns autores propõem o assunto da seguinte forma: se a sociedade civil foi a primeira organização que surgiu nos primórdios da civilização humana, esta estaria ocupando o primeiro lugar das três formas existentes por antiguidade. Logo a seguir surgiriam o Estado e o setor produtivo por consequência da primeira, o que diante de uma perspectiva histórica, ser esta a ordem mais aceitável.

## **2.2. FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E DEMAIS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.**

Tanto na origem dos sindicatos como na origem das próprias associações notamos que os termos ONGS e Terceiro Setor é que são terminologias novas, mas a iniciativa de associação comunitária para enfrentamento dos problemas sociais não é nenhuma novidade. Assim como nos lembra Caccia Bava (1994, p.97 apud MENDES, 1999), “as ONGS existem há muito tempo. Novo é o nome – organizações não governamentais – que lhes deram o Banco Mundial e as Nações Unidas. Antes eram conhecidas como centros de pesquisa, associações promotoras de educação popular, entidades de assessoria a movimentos sociais.” Já os sindicatos, segundo Camargo et. al. (2001), são iniciativas que remontam a Antiguidade Romana, obtendo grande crescimento na Idade Média como corporações de ofício, passando do estágio de pequenas associações de trabalhadores para agentes aglutinadores de todos os profissionais industriais e mercantis, de tal forma que classificaram seus associados em mestres, companheiros e aprendizes.

A iniciativa cooperativista, surgida na Inglaterra no final do século XIX, em Rochdale, Manchester, foi uma busca de alternativa para a inserção no mercado das tecelãs daquela localidade, que se uniram para enfrentar o capitalismo selvagem que já se instalava com jornadas superiores a 16 horas de trabalho, salários defasados e desemprego crescente devido a Revolução Industrial. Nasciam então às primeiras unidades associativistas que mais tarde seriam a base de desenvolvimento econômico de muitas sociedades. Também nesta época surgem as lutas salariais, mas incipientes e desordenadas. Apenas em 1924 seria fundada a “Trade Union”, resultado da fusão de associações, fundações e sociedades, que teve a sua estrutura preservada até hoje. (CAMARGO et. al. 2001).

A partir da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a lógica predominante era a enunciada pelo economista John Maynard Keynes, ou como ficou conhecida a teoria Keynesiana de proteção econômica. Era necessário que o Estado interviesse na Economia como forma de proteger ou minimizar os efeitos danosos das flutuações cíclicas, bem como criasse empregos públicos e ações sociais (RIBEIRO, 2003). A necessidade era criar a condição de pleno emprego, que Keynes acreditava que a economia seguiria, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças de mercado.<sup>9</sup> Não que os ideais Neoliberalistas não existissem, mas com a situação de falência dos estados provocadas pela queda da Bolsa de Nova Iorque , e o período entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais parecia mais prudente apoiar uma política econômica de recuperação e apoio aos Estados.

Segundo Dominiq e Plihon (2002), esta lógica predominou até quase os anos 70, onde o Estado percebendo o seu gigantismo e a sua eminente falência em muitos casos, começa a encolher, retirando-se principalmente da área social. Com o término dos 30 gloriosos (anos 40, 50 e 60) e início da crise dos anos 70 observou-se que o crescimento econômico foi apoiado nos três pilares, a saber: Políticas de estabilidade macro econômicas Keynesianas, onde o Estado apóia a iniciativa produtiva, juros baixos e mercado financeiro regulado por autoridades monetárias e salários com inspiração “fordista” – compromisso capital-trabalho, relação diretamente proporcional de salários e produtividade.

Dominiq e Plihon (2002), apontam que uma nova dinâmica se estabeleceu como ordem mundial e o capital passou do eixo Norte - Sul para Leste-Oeste. Afirmam que Minsky (1982) ao enunciar o Paradoxo da Tranqüilidade, tenta explicar a situação vivida na transição dos anos 60 para 70, onde a auto-desregulação das economias capitalistas é concebido como

---

<sup>9</sup> Disponível em < <http://www.economiabr.net/biografia/keynes.html>>, acesso em 11/08/05.

um processo endógeno e inevitável das mesmas. Ou seja, segundo Minsky (apud Dominiq e Plihon, 2002) o crescimento regular a taxas constantes leva a um período de “tranqüilidade”, a certeza da imutabilidade do futuro encorajam as empresas a financiarem suas operações no sistema bancário. Estas operações ao aumentarem o volume das suas atividades pressionam as taxas de juros para cima, que por conseqüência levam ao aumento da inflação (aumento de preços). As empresas, já endividadas, recuam e param de tomar empréstimos para aumento da produção, compra de equipamentos e etc. Com a retração das empresas ao sistema bancário cai o crescimento e a produção e conseqüentemente os empregos. A este processo dá-se o nome de estagflacionista, que segundo Hobsbawm (1995) é uma imprevista combinação de estagnação econômica e preços em rápido crescimento, sendo que a expressão foi usada na década de 1970.

Os anos 70 marcam o início desta desregulamentação com o desmoronamento do sistema monetário internacional de Bretton Woods, o “superaquecimento” inflacionista dos EUA em 1972 e o choque petrolero em 1973. Em 1979 a reunião dos G5, países mais industrializados do mundo, em Tóquio (EUA, Japão, Inglaterra, Alemanha e França) inicia a virada das políticas econômicas dos países industrializados com o abandono das políticas Keynesianas (proteção do Estado à iniciativa produtiva), pleno emprego e estabilidade de preços. O objetivo era conter a inflação e os juros altos, sendo que a estabilidade econômica era prioridade absoluta.

Hobsbawm (1995) afirma que a esta época, a batalha entre os keynesianos e neoliberais não era um confronto travado no campo técnico e nem uma busca de caminhos para tratar dos novos e perturbadores problemas econômicos e sim uma guerra de ideologias incompatíveis. Se por um lado os keynesianos clamavam que os altos salários, pleno emprego e o Estado do Bem Estar criava uma demanda de consumo que bombeava a economia, sendo

esse era o melhor remédio para as depressões econômicas, do outro lado os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, impedindo que os lucros aumentassem, sendo estes sim (os lucros) o verdadeiro combustível da economia.

No fim da década de 70 o discurso dos neoliberais ganhou força devido à situação econômica de algumas das potências mundiais como EUA e Inglaterra, e as mudanças neoliberais são conduzidas por Paul Volker, presidente do Banco Central Americano (Federal Reserve), Margareth Thatcher, primeira ministra britânica e Ronald Regan, presidente dos EUA.

Eric Hobsbawm (1995), afirma que o período de 1970-90, integra a Era do Desmoronamento – as décadas em crise, que já apresentavam sinais dos desgastes econômicos e políticos resultantes da Era de Ouro.

“A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro (1945-90) haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas até depois que uma das partes do mundo – a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” – desabou inteiramente.” (HOBSBAWM, 1995)

Em meados da década de 80, outros Estados passam a adotar o neoliberalismo, e começam a retirar investimentos governamentais da área social incluindo na sua agenda os ditames do Consenso de Washington. Segundo Lima (2003), o Consenso de Washington tinha a finalidade de reformular as políticas econômicas dos países latino americanos, baseados em três pilares: austeridade fiscal, privatização de empresas públicas e liberalização de mercados. Para Dominiq e Plihon (2002), o pleno emprego e desinflação eram dois objetivos menores e

tidos como decorrentes da estabilidade de preços. Monetarismo e Liberalismo tornam-se os novos princípios fundamentais das políticas econômicas.

Para Ferraz, Couto e Elias (2004), na década de 90 os países latino-americanos com dívidas externas astronômicas e inflações incontroláveis, preferiram sacrificar o crescimento e os benefícios sociais alterando suas taxas de juros a valores estratosféricos, para atrair o capital dos investidores. No entanto, segundo os autores, este capital extra aparentemente irrecusável e irresistível para os países “em desenvolvimento” mostrou-se a longo prazo uma proposta com conseqüências devastadoras para as economias locais. A vulnerabilidade dos países latino-americanos logo se mostrou um sistema bancário frágil, controle deficitário e um desenvolvimento local incapaz de se sustentar quando, ao sabor de novas ofertas, estes mesmos capitais migravam para outras economias. Estava consignado então o panorama devastador da globalização e das políticas neoliberais.

Para Fiori (2002), quando em 1992, Francis Fukuyama escreveu “O fim da história e o último homem” a idéia síntese do neoliberalismo foi lançada: a vitória sobre o fascismo e o fim do comunismo apontava como solução única a economia de mercado e a democracia liberal. Continua Fiori (2002), que longe de achar que o ser humano atingira a perfeição, Fukuyama afirmava que o mundo convergia para um mesmo tipo de organização econômica e política, por inexistirem alternativas. No entanto, após 10 anos, as idéias de Fukuyama foram ultrapassadas. Como assinala Fiori, o que se viu não foi uma convergência de idéias e sim, a imposição dos países centrais a uma concepção econômica baseada na ideologia do “*laissez faire*” e dos mercados auto-regulados, acompanhados da abertura de fronteiras nacionais e conseqüentemente das soberanias. Continuando, Fiori (2002), diz que o receituário proposto pelos neoliberais, seguido nos países mais pobres e atrasados como os da América Latina,



resultou no desmoronamento do Estado acompanhado de um processo de desintegração social e territorial.

Segundo Viola (2002), a intensificação do processo de globalização se dá na segunda metade da década de 80, sendo que o ano de 1989 foi considerado o “ano em que o mundo mudou” ou “o ano que terminou o século XX” por diversos autores. Alerta o autor (Viola, 2002) que a globalização é fenômeno multifacetado e que dificilmente retrocederá, seja pelo viés econômico, militar, da comunicação, social, religioso, interpessoal - afetivo, científico-tecnológico, populacional-migratório, ecológico-ambiental, epidemiológica, criminal-policial e política.

Cada vez mais nos aproximamos do que MacLuhan chamou de “aldeia global”. Há também um jargão conhecido quando se fala em globalização, que se uma borboleta bate as asas na China acontece um furacão do outro lado do mundo. O fato é que Globalização não é nenhuma novidade. Segundo Lima (2003), a globalização aparece simultaneamente com o capitalismo moderno no período mercantilista (século XVI-XVIII), tendo Portugal, Espanha, França e Inglaterra os países centrais. Depois da primeira e segunda revolução industrial (século XVIII-XX), inaugurou-se o segundo estágio de mundialização, baseada no monopólio da industrialização na Europa Central e Ocidental, América do Norte e Japão. O terceiro estágio da globalização deu-se após as grandes guerras mundiais, tendo como destaque os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, e como regiões periféricas a África, Ásia e América Latina.

Ocorre que não parece mais possível a separação das economias, vidas ou políticas para a nossa geração ou as futuras, exceto se ocorresse um acidente de proporções catastróficas e voltássemos à Idade da Pedra. Conforme alerta Barquero (2001 apud Marques et. al, 2006) :

“A globalização é um processo vinculado ao território, não apenas porque envolve nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos, sendo também uma função dos fatores de atração de cada território. Trata-se, portanto, de uma questão condicionada a dinâmica econômica das cidades e regiões e que, por sua vez, é afetada pelo comportamento dos atores locais”.

Neste panorama mundial as organizações do chamado Terceiro Setor crescem de importância, pois até a segunda metade da década de 50, estas eram vistas como tímidos projetos de associativismo, filantropia e movimento sindicais atrelado ao Estado e muito ligadas à Igreja Católica. No cenário do fim dos anos 80 as ONGS ganham mais espaço. Ou melhor, que as ONGS ganham um espaço diferenciado, já que alteraram seus discursos para acompanhar melhor esse novo ambiente.

Como nos ensina Gohn (2001), uma das conseqüências deste modelo econômico neoliberal, tem sido o de confundir setor de prestação de serviços, com as atividades do Terceiro Setor. Altera-se a natureza dos serviços prestados, uma vez que, são atividades da área social pública realizadas por entidades sociais privadas. Podemos citar atividades da área de saúde, educação, saneamento básico, conservação do meio ambiente, geração de ocupação e renda e etc. Estas organizações, ainda segundo Gohn (2001), estão situadas no âmbito não-governamental, redesenham o modelo filantrópico e voluntário para um, onde este é associado ao trabalho assalariado, remunerando os profissionais segundo projetos específicos.

Neste novo desenho as ONGS atuam como mediadoras entre as ações desenvolvidas para comunidades em parceria com o poder público e empresas. Como define a autora, Maria da Glória Gohn (2001):

“O conjunto das atividades das ONGS e movimentos sociais, juntamente com os grupos sociais organizados ao seu redor, têm gerado um tipo de associativismo em nível do poder local e passou a constituir um setor na economia que está sendo denominado como uma economia social ou,

simplesmente, terceiro setor, que se apresenta com fins públicos não voltados para o lucro”.

Não diferente do restante do mundo e com características bem semelhantes aos processos ocorridos na América Latina, o Brasil acompanhou estas mudanças e também as organizações aqui existentes seguiram esta linha de evolução.

Fazendo uma retrospectiva histórica dos movimentos populares e associativistas nacionais, encontramos em Shim (2001), que na Era Vargas (aproximadamente de 1934 a 1954), organizações filantrópicas e voluntárias, eram ligadas aos serviços de saúde, assistência social, lazer, educação e cultura. Devido ao caráter ditatorial do período, as iniciativas de promoção à cidadania e participação política eram reprimidas no nascedouro. Em reação à deposição do Presidente João Goulart e tomada do poder pelos militares em 1964, a Igreja apoiava os movimentos sociais e a sociedade aos sindicatos, comunidades eclesiais, ONGS e outros. Percebe-se que a colaboração destas entidades estava impregnada de vícios nas suas relações com o Estado como o autoritarismo, clientelismo, favorecimento político, desvio de fundos públicos dentre outros. Não à toa existe uma desconfiança histórica da opinião pública brasileira em relação aos movimentos filantrópicos.

Na opinião de Gohn (2001), no Brasil de 70-80 as ONGS que lutavam por cidadania e direitos políticos foram os pontos de apoio para os movimentos sociais populares urbanos que acabaram por contribuir decisivamente para a queda do regime militar no país.

Já Franco (Augusto de, 2003), acredita que no Brasil, o mau costume de encarar a interação da sociedade civil com o Estado a partir da ótica da concorrência de forças, é uma herança da oposição ao regime militar, quando muitas tendências e militantes políticos de esquerda — impedidos legalmente de se organizar — construíram alternativas orgânicas na forma de organizações não-governamentais (ONG). Contudo, a chegada ao poder de muitos

destes militantes de esquerda, depois da queda do regime militar, leva a um redirecionamento do reativismo para o proativismo de muitas organizações.

Há também, a partir de 90, um redirecionamento causado pelas agências financiadoras mundiais quando se voltam para os problemas do Leste Europeu e também a falta de recursos pelo parco apoio dos Estados. Sem este apoio, muitas ONGS latino americanas passaram a ter graves problemas de auto-sustentação, levando seus dirigentes buscar novas formas de geração de recursos próprios, bem como uma maior aproximação do Estado. (GOHN, 2001).

Lembra Franco (Augusto de, 2003) que, uma nova dinâmica social instaurou-se quando as pessoas começaram a se manifestar mais abertamente e que buscavam no voluntariado e em ações conjuntas, mais que um cargo no Estado ou “não de quem acha que o mundo só vai prestar se as forças do mal forem destruídas e se seus representantes nos governos forem substituídos pelos do bem.” Um exemplo disso é a AÇÃO CIDADANIA CONTRA FOME, liderada pelo sociólogo Betinho, que entre 1993 e 1996 reforçou este novo comportamento, dando-lhe dimensão nacional. Então a sociedade civil organizada (partidos políticos, sindicatos, fundações, associações e outros) puderam descobrir uma outra sociedade civil muito maior e que já direcionava seus esforços para a melhoria da qualidade de vida e do bem comum.

Nos anos 90 aparecem então no cenário nacional organizações com características mais próximas das norte-americanas “non-profits”, articuladas com as políticas neoliberais, que não se colocam em oposição ao Estado, mas ao lado deste, atuando em problemas como crianças abandonadas, jovens em situação de risco e outros. Estas entidades se autodenominam de Terceiro Setor, pois querem ser reconhecidas pelo que são e não pelo que não são. “Segundo seus coordenadores, as ONGS, como o próprio nome indica, se definiriam

por uma negatividade: ser não-governo. O Terceiro Setor procura se firmar pela positividade, com ações propositivas e afirmativas”. (GOHN, 2001).

Encontramos ainda uma definição do humanista Hebert de Souza, o Betinho: “uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGS são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham”. (CICONELLO, 2004).

De acordo com Sheren-Warren (1998), o termo ONG surge após a Eco-92 ou RIO 92 como um espaço de participação da sociedade civil organizada. Estas organizações estariam associadas a um aspecto de negatividade, pois atuariam onde o Estado mostrava-se ineficaz. Esta visão, para alguns atores do Terceiro Setor, prejudica a própria auto-estima das organizações e de seus participantes, pois estariam trabalhando sempre no espaço deixado por outrem. Adotamos neste estudo a definição de que são entidades com potencial próprio e distinto dos outros setores tradicionalmente considerados como Estado e Mercado.

Segundo Resende (1999), as organizações classificam-se em: Sociedade civil sem fins lucrativos, Associações e Fundações, sendo que a fundação é concebida a partir do patrimônio que alguém separa do que lhe pertence para beneficiar, sempre, a outras pessoas que não o instituidor ou os administradores da entidade.

De acordo com Ciconello (2004), atualizando o conceito de Rezende, a lei brasileira reconhece apenas 02 formas institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos: associação civil ou fundação. A expressão surgiu mundialmente na Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, que em inglês seria “Non-Governmental Organizations (NGO’s)” para definir organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

Encontramos em Clóvis Bevilácqua (*apud* Paes, 2004) uma definição brasileira mais atualizada, como sendo: “Fundação é uma universalidade de bens personalizada, em atenção ao fim que lhe dá unidade, ou, como se lê na Teoria Geral é um patrimônio transfigurado pelas idéias que o põe a serviço de um fim determinado.”

Já em Franco et.al. (2001) encontramos também que, a Fundação é definida por um patrimônio que, associado a uma idéia do instituidor, é colocado a serviço de um fim determinado. Qualquer fundação será sempre sinônimo de patrimônio destinado à consecução de um fim não-egoístico, em benefício da comunidade (ou parte dela), em decorrência de um estatuto previamente aprovado.

Ainda dentro de uma conceituação teórica, podemos utilizar uma separação estrutural / operacional de Salomon e Anheier (1998, *apud* SCHOMMER, 2002), onde as organizações do terceiro podem ser classificadas de acordo com suas características-chave em:

- *Formais*: institucionalizadas em algum grau, mas não necessariamente constituídas juridicamente.
- *Privadas*: institucionalmente distintas do governo, o que não significa que não possam atuar em parceria ou receber recursos governamentais.
- *Sem fins de lucro* : não distribuem lucros entre os seus dirigentes, aplicando os resultados em sua missão.
- *Auto gerenciadas* : desenhadas para controlar suas próprias atividades, contando com seus próprios procedimentos de gestão e não sendo controladas por entidades externas.

- *Voluntárias*: envolvem algum grau significativo de participação voluntária, o que não significa que a maior parte de seus recursos humanos devam ter origem voluntária.

Quanto à atuação, segundo Shim (2001), autores como Hebe Signorini Gonçalves e Andréa Koury Menescal, defendem que as ONGS não devam atuar como prestadoras de serviços coletivos, por ser esta uma função do Estado e mesmo reconhecendo a crise do modelo estatal, este não deve ser liberado do provimento de certos direitos universais do cidadão, constantes na Constituição. Além disso, as ONGS podem perder parte de seu poder de barganha a partir do momento em que fizerem alianças com o governo. Conforme observa ainda a autora:

“Não há ação política social, por melhor estruturada e mais meritória que seja, que possa suprir o vazio de uma política pública, referência necessária para os critérios de eleição de programas e projetos, para a determinação de canais de financiamento, para a realização de justiça social”. (GONÇALVES apud SHIM 2001).

Shim (2001) percebe que autores como Rubens César Fernandes e Fúlvia Rosemberg, enfatizam que a democracia deve ser construída na base de diálogos e nas alternativas e proposições de caminhos para detecção de possibilidades reais de respostas de progresso. A autora comenta ainda, sobre uma postura de maior pró-atividade do cidadão :

“[...] se o Estado é pensado como órgão ou instância reguladora e distribuidora, então o grande problema da cidadania é como influenciar as políticas de Estado. Mas a partir do momento em que se considera que não é apenas o Estado que faz, mas que também há de haver recursos da sociedade para investimentos sociais, então se abrem outras dimensões de cidadania, entre as quais a idéia simples de que o cidadão é alguém que investe no seu entorno e na vida pública. O cidadão põe no processo seu tempo de trabalho” (Fernandes apud SHIM, 2001)

Tomando como referência as conclusões de Scherer-Warren (1998), temos que na América Latina, particularmente na Brasil, o conceito de ONG pode ser complementado com



os critérios de funcionalidade e historicidade. Foram os centros populares de educação, promoção e assessoria e mais recentemente as entidades de defesa ambiental que têm se autodenominado como ONGS.

Ainda de acordo com a autora, em relação à funcionalidade, as ONGS brasileiras têm se caracterizado como entidades de assessoria, apoio, promoção, educação e defesa de direitos humanos e ambientalistas com o objetivo de transformação da realidade social. agências de cooperação financeira a projetos de desenvolvimento ou assistencialismo a países do chamado Terceiro Mundo. As ONGS do Sul estariam então mais voltadas à mediação da participação social no desenvolvimento econômico, proteção aos direitos fundamentais, defesa de minorias e do meio ambiente. Seriam as articuladoras entre a sociedade civil e as ONGS do Norte, facilitadoras para suas práticas assistencialistas. Resumidamente, as ONGS do Norte seriam as agências financiadoras e as do Sul os centros de promoção social.

Percebemos, no entanto, uma preocupação crescente na dicotomia entre os objetivos filantrópicos e articulações comunitárias para geração de sustentação própria das Organizações. Caso estas permaneçam tuteladas apenas por recursos governamentais terão sempre suas rotas alteradas pelos ventos dos objetivos governamentais.

### 2.3. A QUESTÃO AMBIENTAL

A luta ambientalista na sociedade civil organizada se iniciou durante os anos 60 e se organizou nos anos 70, pressionando os governos contra os absurdos ambientais que ocorriam à época. As ONGS ambientalistas, desde o início, clamavam por mudança radical na forma como nossa sociedade de consumo se desenvolvia. (REIS e MAGALHÃES, 2006). Ainda segundo as autoras, os desequilíbrios ambientais causados pelas atividades humanas e o desenvolvimento da ciência ecológica provocaram a discussão sobre a forma de desenvolvimento e a busca de soluções para tais problemas.

Na década de 60 é lançado o livro “A Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, tornando-se um marco da luta ambientalista. Em 1968, um grupo de intelectuais conhecido como Clube de Roma publicou o relatório “Os Limites do Crescimento”, alertando para a grave situação ambiental provocada pelo modelo de desenvolvimento sem respeito às limitações dos ecossistemas. Segundo Berton (2006) neste período (1960 a 70), o princípio da conservação ambiental passa a ser centrado no bem-estar, associado à qualidade de vida, buscando o tratamento da contaminação do meio ambiente. A primeira reação dos governos a estes alertas da comunidade científica, com o aval da classe empresarial, foi elaborar soluções “fim de tubo”, ou seja, ajustar indústrias e cidades, tratando seus efluentes e diminuindo sua carga de poluição despejada na natureza. Esta visão fracassou por não dar conta, entre outras coisas, da questão do desperdício de matéria-prima e de energia (MILANEZ, 2003 *apud* REIS E MAGALHÃES, 2006).

Em 1972 acontece a primeira grande conferência sobre o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, na Suécia. A inserção da dimensão ambiental na agenda internacional, segundo Sachs (2003), foi decorrente desta Conferência de

1972 e Campos (2001) acrescenta que esta contou com a participação de 113 países, 250 organizações não-governamentais e vários organismos da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta conferência foi considerada também um marco da luta ambientalista, visto que pela primeira vez foram discutidas, além dos aspectos técnico-científicos, questões sociais, políticas e econômicas ligadas ao tema.

O termo eco-desenvolvimento, utilizado por Maurice Strong em 1973, surgiu a partir dos debates mundiais sobre a crise ambiental e em Estocolmo - 72, com o intuito de aliar crescimento econômico à preservação da natureza. Ignacy Sachs também, a partir de 1974, difundiu o termo na construção de uma alternativa de desenvolvimento voltada para a autonomia do desenvolvimento local das populações, especialmente dos países pobres, enfocando as questões da desigualdade social e herança das gerações futuras (MILANEZ, 2003 *apud* REIS E MAGALHÃES, 2006).

Segundo Capra (2003 *apud* REIS E MAGALHÃES, 2006), o conceito de sustentabilidade foi criado no começo da década de 1980 por Lester Brown, fundador do instituto Worldwatch, entendendo “sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras”. O desafio do nosso tempo, para o autor, é justamente criar o que chama de “comunidades sustentáveis”, ou seja, ambientes sociais e culturais onde as pessoas possam satisfazer as suas necessidades e aspirações, sem diminuir as chances das gerações futuras.

De acordo com Reis e Magalhães (2006) a preocupação da ONU com o fracasso das ações iniciais em conter a crise a fez criar, em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento como um organismo independente, e encomendar um estudo que foi apresentado em 1987 com o nome de Nosso Futuro Comum, também conhecido como

Relatório Brundtland, que consagra o termo “Desenvolvimento Sustentável” como sendo aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras

Marques, Etges e Campos (2006) afirmam que o conceito de desenvolvimento sustentável não envolvia limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais e a capacidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas. Segundo Reis e Magalhães (2006) no relatório de Brundtland, o desenvolvimento sustentável é visto em seu sentido mais amplo, tendo como alguns dos objetivos encorajarem um estado de harmonia entre os seres humanos, incluindo certa coesão social e a harmonia entre o homem e a natureza. Para alcançá-los, o relatório recomenda: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (MILANEZ, 2003 *apud* REIS E MAGALHÃES, 2006).

Para Viola (2003) os problemas ambientais só entraram na agenda internacional, com a publicação em 1985 das fotos sobre o efeito estufa na camada de ozônio e da assinatura do Protocolo de Montreal em 1987.<sup>10</sup>

Em 1989, no entanto, a queda do muro de Berlim e com ele do Socialismo Real, mostra que não só o socialismo estava em crise, mas que começam a aparecer falhas de um capitalismo que se julgava onipotente e agora estava exposto nas grandes conferências mundiais. As reflexões que aparecem destes fatos estavam situadas no campo da crise do modelo dominante, o capitalismo, que nos moldes correntes mostrava-se insustentável e isso

---

<sup>10</sup> Protocolo de Montreal – acordo multilateral global lançado em 1987, em Montreal, Canadá, que entrou em vigor em 1989. Adota medidas de controle e possível eliminação de emissão de gases que reduzem a camada de ozônio, que protege a Terra dos raios ultravioletas do sol e que entre outros efeitos danosos, causam o câncer de pele.

ocorria no mesmo momento em que o socialismo perdia suas bases. (MARQUES et. All, 2006). No entanto, para Leis (1998), os eventos de 1989 criam um clima de otimismo mundial, uma vez que o fim da bipolaridade parecia anunciar o fim dos obstáculos à cooperação global, concorrendo assim para uma governabilidade global.

Após 20 anos da Conferência de Estocolmo, no Rio de Janeiro, Brasil, ocorreu a Conferência Rio-92 ou a Earth Summit ou Eco-92 ou ainda a Cúpula da Terra, que, juntamente com a queda do muro de Berlim, são os fatos mais marcantes da década de 90. A Eco-92 aconteceu em um momento histórico favorável a todo esse debate. Esta conferência é até o momento, a maior de todas as já realizadas pelas Nações Unidas, representando assim um grande avanço na definição de um novo modelo de multilateralismo, segundo o qual os problemas globais devem ser tratados por essa confluência de atores sociais. O princípio da cooperação entre as nações direciona a criação de acordos considerados grandes vitórias na área ambiental como a Agenda 21<sup>11</sup> e os Princípios do Rio<sup>12</sup>.

Em Joanesburgo, dez anos depois a avaliação é que estes documentos produzidos na Eco-92 pouco alteraram a realidade das práticas que causam danos ao meio ambiente e que os ecossistemas estão cada vez mais degradados e a não participação dos Estados Unidos, provoca um esvaziamento das discussões sobre controles de emissão de poluentes e redução de taxas de crescimento.

Foi também motivo de frustração da Conferência de Joanesburgo a não assinatura do Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos. Segundo o site Terra<sup>13</sup>, o tratado propõe a diminuição de gases no planeta em 5%, e foi finalizado em 1997, baseado nos princípios do

---

<sup>11</sup> Agenda 21 – Documento lançado na Rio 92 , é conjunto de práticas que levam ao planejamento participativo, incluindo a variável ambiental e incluindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

<sup>12</sup> Princípios do Rio – Carta de intenções levadas às Nações Unidas após a Rio 92.

<sup>13</sup> Disponível em< <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0..OI472903-EI299.00.html>>, acesso em 22/07/05.

Tratado da ONU sobre Mudanças Climáticas, de 1992. Ainda segundo estas informações, os países industrializados se comprometeram a reduzir, até 2012, as suas emissões de dióxido de carbono a níveis pelo menos 5% menores do que os que vigoravam em 1990. A meta de redução varia de um signatário para outro. Os países da União Européia, por exemplo, têm de cortar as emissões em 8%, enquanto o Japão se comprometeu com uma redução de 5%. Alguns países que têm emissões baixas podem até aumentá-las.

No entanto, esforços têm sido desprendidos por todos envolvidos na questão ambiental, na busca de conhecimento e entendimento da sua problemática, já que as soluções possuem grande complexidade, principalmente porque passam pela construção de uma nova ética. Afirma o teólogo Leonardo Boff, um dos pensadores que falam da necessidade de construção desta nova ética inter-específica para a questão do desenvolvimento (MARQUES et. al, 2006), que a crise do nosso tempo é sistêmica e paradigmática e reclama outro projeto civilizatório alternativo, se quisermos salvar Gaia (o planeta Terra) e garantir um futuro para a humanidade. (BOFF, 2006).

A Conferencia de Joanesburgo pode não ter alcançado os resultados esperados e frustrado as expectativas de seus participantes, mas naquela oportunidade foi lançado o relatório “Desafios Globais,Oportunidades Globais”<sup>14</sup> patrocinado pela Organização das Nações Unidas – ONU, como uma publicação que antecede o Relatório da Avaliação Sistêmica do Milênio. Destacamos alguns fatos relevantes abordados no relatório:

- Em 2002, 40% da população mundial enfrentava a escassez de água. O relatório aponta que o consumo de água aumentou seis vezes no ultimo século, o dobro do crescimento populacional ao mesmo período. A agricultura representava 70% do

---

<sup>14</sup> Disponível em <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.37.html>>, acesso em 22/07/05.

consumo no planeta sendo que 60% desse total é usado em irrigação (indevidamente em sistemas ineficientes), sendo que mantido esse padrão, de acordo com a ONU, metade da população mundial (3,5 bilhões de pessoas) não terão água em 2025;

- estima-se que uma área de florestas maior que a Venezuela (90 milhões de hectares) tenham sido destruídos na década de 90. Com isso 9% das espécies de árvores estavam ameaçadas em 2002 ;
- a cada ano, três milhões de pessoas morrem de doenças causadas pela poluição;
- a falta de saneamento básico vitimava 2,2 milhões de pessoas por ano;
- embora em 72, na Conferência de Estocolmo, os países desenvolvidos tenham se comprometido a destinar 0,7% do Produto Interno Bruto – PIB anualmente para apoiar os países em desenvolvimento no combate à pobreza e à degradação ambiental, a ajuda concreta foi em 1992 de 0,36% e caiu em para 0,22% em 2002;
- a proporção de pessoas que ganhavam menos de US\$1,00 por dia caiu de 29% para 23% da população mundial. No entanto, em números absolutos, ainda representavam mais de 1,2 bilhões de pessoas, 75% nas zonas rurais;

Em notícia capturada no site Terra<sup>15</sup>, verificamos que os EUA assinou juntamente com o Japão, China, Austrália, Índia e Coréia do Sul um acordo paralelo a Kyoto, mas que ao contrário dos objetivos deste, não é compulsório e não possui mecanismos para aplicação de suas medidas, permitindo que os países estabeleçam suas metas de redução de emissão de gases individualmente. O Japão, que é signatário dos dois acordos, declarou que não são acordos conflitantes e sim complementares. Já os EUA e Austrália alegam que o problema da

---

<sup>15</sup> Disponível em <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI607591-EI299,00.html>, acesso em 28/07/05

mudança climática só deve ser discutido se não intervir no desenvolvimento e crescimento econômico.

Segundo Giddens (1987): “a modernidade acreditou que, como coletivo humano quanto mais soubéssemos sobre a realidade social e material mais seríamos capazes de controlá-las em benefício dos nossos próprios interesses”. No que pesem os avanços que alcançamos neste século, vivemos em um mundo de incertezas. A humanidade sempre perseguiu a dominação da natureza como forma de sobrevivência e de satisfação dos seus desejos. De acordo com o historiador Fernando Braudel (apud Feldman, 2001), a revolução industrial teria alterado de forma progressiva a demanda, constituindo-se na “transformação dos desejos”. Encontramos também em Harris (2004 *apud* Marques et. al, 2006) que uma das “Mentiras da Modernidade” é a promessa de domínio total do homem sobre a natureza, e outra a de que a tecnologia seria capaz de resolver qualquer problema ambiental provocado pelo modelo entrópico de desenvolvimento. A tecnologia não só se mostrou ineficaz neste papel, como o seu próprio avanço foi, algumas vezes, barrado por contingências ambientais.

Voltando a Giddens (1987): “temos que o risco produzido é o resultado da interferência humana na natureza e nas condições de vida social (...) seguindo as receitas do Iluminismo: mais conhecimento, mais controle.”. Portanto, pensou-se que a dominação do saber permitiria ao homem conhecer seu destino.

A crise ambiental é a crise do nosso tempo, embora sempre tenha existido a tentativa de dominação da natureza sem a preocupação com os ativos ambientais, em nenhuma outra época da história conhecida do ser humano avançou tanto tecnologicamente. Luis Marins, renomado consultor da área de Recursos Humanos diz que o século XX o homem começou andando de carroça e no final não se sabia como iria terminar. Apesar de estarmos apenas inaugurando o século XXI, os nossos avanços em todas as áreas são inegáveis.



O sentimento coletivo é que o século terminou antes, nas palavras de Cristóvam Buarque (2004):

“Este foi o primeiro século que se iniciou dando a sensação de futuro, e de que ao avanço ao ser concluído, os homens teriam um mundo utópico, graças ao avanço técnico. (...) Antes de terminar, o século realizou o que se propunha em termos técnicos e científicos, e mostrou que esta realização não preenche os sonhos que a civilização tinha sonhado. De certa forma, a sensação é de que o século XX terminou antes do previsto cronologicamente”.

A crise ambiental é fruto de um capitalismo desenfreado, que para se sustentar necessita estar sempre alimentando os desejos humanos. O ter ao invés do ser, a miopia do consumo irresponsável e irrefreável. Boff (2006) afirma que a grande contradição no termo Desenvolvimento Sustentável é que a palavra desenvolvimento suscita um comportamento linear, ilimitado e supõe o uso infinito dos recursos da natureza, ao revés, a sustentabilidade nos alerta de que vivemos num pequeno planeta, super-habitado, com recursos limitados, alguns renováveis e outros não.

Para Leff (2001), a crise ambiental global é a crise do nosso tempo, gerada pela evolução da história da humanidade, fruto do nosso Projeto de Modernidade que renega a relação simbiótica homem-natureza. A crise ambiental global é acima de tudo uma crise do conhecimento, através da qual a humanidade tem construído o mundo e destruído o planeta.

Segundo Viola (2003), a resolução dos problemas ambientais globais passariam pelo comunitarismo, que se baseia no predomínio do grupo sobre o indivíduo, da política sobre o mercado e na alta participação política através das múltiplas associações. O ambientalismo moderno nasce da vertente comunitária da democracia, mas, com o tempo, foi se convertendo à vertente neoliberal.

Devemos atentar também à interdisciplinaridade que a questão ambiental propõe. Enquanto a tradição do pensamento cartesiano leva a um conhecimento fragmentado e

disperso, a questão ambiental é multifacetada, contemplando conhecimentos da Física, Química, Biologia, Matemática, Administração, Economia, Sociologia, Direito, Política, Relações Internacionais, enfim, a própria diversidade científica.

De acordo com Vieira (2001), não há exagero na afirmação que a sociedade mundial continua a lidar com a crise socioambiental, como se ela representasse apenas uma “perturbação intempestiva”, um mero ruído de fundo, tratada de forma reativa e fragmentada, sem implicar na quebra da lógica profunda que condiciona a organização das sociedades contemporâneas.

A dificuldade da governança dos problemas ambientais está fundamentada de que países menos desenvolvidos sucumbem ao ditames dos países desenvolvidos devido as suas deficiências nos processos de negociação, da falta de suporte para capacitação e das dificuldades de acesso a recursos técnicos, humanos e financeiros. Segundo ainda o site Terra (vide nota anterior), os países menos desenvolvidos argumentam que os interesses financeiros e científicos do Norte dominam a governança ambiental, não refletindo adequadamente as prioridades ambientais e de desenvolvimento do Sul, levando assim a uma falta de consideração em preocupações verdadeiras de equidade e justiça social, comprometendo a dimensão do “desenvolvimento” na agenda do desenvolvimento sustentável.

Em 2000, segundo matéria publicada no site Fapesp<sup>16</sup>, foi solicitado pelo então Secretário Geral da ONU Kofi Annan, uma avaliação que veio a ser denominada “Avaliação Ecológica do Milênio”, cujos relatórios finais foram publicados simultaneamente em diversos países no dia 30/03/05. Este trabalho demandou 04 anos de pesquisas e avaliações por parte de mais de 1.360 especialistas e traz a avaliação das conseqüências que as mudanças nos ecossistemas trazem para o bem-estar humano e as bases científicas das ações necessárias

---

<sup>16</sup> Disponível em <[http://www.fapesp.br/agencia/boletim\\_dentro.php?data\[id\\_materia\\_boletim\]=3494](http://www.fapesp.br/agencia/boletim_dentro.php?data[id_materia_boletim]=3494)> Acesso em 27/07/05

para melhorar a preservação e o uso sustentável desses ecossistemas e sua contribuição ao bem-estar humano.

O Relatório da Avaliação Sistêmica do Milênio, publicado em 2005, alerta que nos últimos 50 anos, a modificação produzida pela ação humana nos ecossistemas globais tem sido mais rápida e extensivamente, que em qualquer intervalo de tempo equivalente na história da humanidade, em geral, para suprir rapidamente a demanda crescente por alimentos, água pura, madeira, fibras e combustível.<sup>17</sup>

Os Ecossistemas são sistemas abertos que incluem todos os organismos vivos presentes em uma determinada área e os fatores físicos, químicos e biológicos com os quais eles interagem. (MOUSINHO, 2003). Dos 24 ecossistemas avaliados no Relatório da Avaliação Sistêmica do Milênio, 15 estão seriamente comprometidos: degradados ou utilizados de forma não sustentável.<sup>18</sup>

Deste relatório, Síntese da Avaliação Ecosistêmica do Milênio - AEM temos o seguinte quadro de Resultados Principais<sup>19</sup>:

- nos últimos 50 anos, o homem modificou os ecossistemas mais rápida e extensivamente que em qualquer intervalo de tempo equivalente na história da humanidade, na maioria das vezes para suprir rapidamente a crescente demanda por alimentos, água potável, madeira, fibras e combustível. Isso acarretou uma perda substancial e, em grande medida irreversível, para a diversidade da vida no planeta;

---

<sup>17</sup> Avaliação Sistêmica do Milênio . Disponível em < <http://www.millenniumassessment.org/proxy/document.446.aspx>>, acesso em 27/07/05.

<sup>18</sup> Idem anterior

<sup>19</sup> Idem anterior

- as mudanças que ocorreram nos ecossistemas contribuíram com ganhos finais substanciais para o bem-estar humano e o desenvolvimento econômico, mas esses ganhos foram obtidos a um custo crescente, que incluiu a degradação de muitos serviços dos ecossistemas, maior risco de mudanças não lineares, e a exacerbção da pobreza para alguns grupos da população. Esses problemas, a menos que tratados, reduzirão substancialmente os benefícios dos ecossistemas para gerações futuras;
- a degradação dos serviços de ecossistemas pode piorar consideravelmente na primeira metade deste século, representando uma barreira para a consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio;
- o desafio de reverter à degradação dos ecossistemas enquanto se supre demandas crescentes pode ser parcialmente vencido sob alguns cenários considerados pela Avaliação Ecosistêmica do Milênio, mas isto envolve mudanças significativas em políticas, instituições e práticas, mudanças estas que não estão em andamento atualmente. São muitas as opções para se preservar ou melhorar os serviços a um ecossistema, de forma a reduzir mediações negativas ou a fornecer sinergias positivas com outros serviços dos ecossistemas.

Também do relatório de Avaliação Sistêmica do Milênio – ASM, retiramos do Quadro - O Capital Natural e o Desenvolvimento Humano – A Natureza e a Pobreza os seguintes dados, que complementam os obtidos do Relatório de 2002 “Desafios Globais”<sup>20</sup>:

- em 2001, pouco mais de um bilhão de pessoas sobreviviam com menos de US\$ 1,00 (um dólar americano) de renda diária, sendo aproximadamente 70% delas em

---

<sup>20</sup> Avaliação Sistêmica do Milênio . Disponível em <<http://www.millenniumassessment.org/proxy/document.446.aspx>>, acesso em 27/07/05.

áreas rurais onde dependem principalmente da agricultura, pecuária e caça para sua subsistência;

- a desigualdade da renda e outras medidas de bem-estar humano têm aumentado na última década. Por exemplo, uma criança da África Subsaariana tem 20 vezes mais chances de morrer antes dos 5 anos que uma criança nascida em um país industrial. Durante os anos 90, 21 países baixaram de posição no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), outra medida de bem-estar econômico, saúde e educação; sendo que 14 destes países estão na África Subsaariana;
- apesar do aumento da produção per capita de alimentos nas últimas quatro décadas, estima-se que 856 milhões de pessoas estavam subnutridas entre 2000-2002, 32 milhões a mais do que entre 1995-1997. O Sul da Ásia e a África Subsaariana – as regiões com maior número de desnutridos – são também as áreas onde o aumento da produção per capita de alimentos tem sido o menor. Mais especificamente, a produção per capita de alimentos diminuiu na África Subsaariana. Acresce-se a situação da África uma desertificação crescente de sua área, uma epidemia da Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida – AIDS e a guerras entre países vizinhos que tem ensejado verdadeiro genocídio no continente. No Sul da Ásia, em 26 de dezembro de 2004, ocorreu uma catástrofe natural de proporções cataclísmicas, o tsunami, uma onda gigante que devastou parte da Índia, Indonésia, Sri Lanka, Tailândia e Ilhas Maldivas. O maremoto que varreu o litoral do Oceano Índico pode gerar dois milhões de novos pobres na Ásia, mas o impacto sobre as economias será fraco, pelo menos na Indonésia, Índia e Tailândia, segundo o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD). A catástrofe pode ter criado um milhão de novos pobres apenas na Indonésia, 645 mil na Índia e 250 mil

no Sri Lanka. Nas Maldivas, metade da população foi afetada e mais da metade de seus 287 mil habitantes poderá cair na pobreza;

- aproximadamente 1,1 bilhões de pessoas ainda não têm acesso ao abastecimento de água adequado e mais de 2,6 bilhões não têm acesso a boas condições de saneamento. A escassez da água afeta de 1 a 2 bilhões de pessoas em todo o mundo. Desde 1960, o aumento do uso da água versus o acesso à água aumentou 20% por década.

O combate à pobreza passaria então pelo combate à ameaça do capital natural do planeta, sendo que as políticas de desenvolvimento e redução da pobreza que desconsideram os impactos ambientais, estão fadadas ao fracasso.

Do quadro “Mensagens – Chave” da Avaliação do Milênio, retiramos também observações que consideramos valiosas, para o entendimento da questão ambiental à luz das conclusões deste estudo:

- todos, no mundo, dependem da natureza e dos serviços providos pelos ecossistemas para terem condições a uma vida decente, saudável e segura;
- os seres humanos causaram alterações sem precedentes nos ecossistemas nas últimas décadas para atender a crescentes demandas por alimentos, água, fibras e energia;
- estas alterações ajudaram a melhorar a vida de bilhões de pessoas, mas ao mesmo tempo, enfraqueceram a capacidade da natureza de prover outros serviços fundamentais, como a purificação do ar e da água, proteção contra catástrofes naturais e remédios naturais ;

- dentre os problemas mais sérios identificados por esta avaliação estão: as condições drásticas de várias espécies de peixes; a alta vulnerabilidade de dois bilhões de pessoas vivendo em regiões secas de perder serviços providos pelos ecossistemas, como o acesso à água; e a crescente ameaça aos ecossistemas das mudanças climáticas e poluição de seus nutrientes ;
- as atividades humanas levaram o planeta à beira de uma onda maciça de extinção de várias espécies, ameaçando ainda mais nosso bem-estar;
- a perda dos serviços providos pelos ecossistemas constitui uma grande barreira às Metas de Desenvolvimento do Milênio de reduzir a pobreza, a fome e as doenças;
- as pressões sobre os ecossistemas aumentarão em uma escala global nas próximas décadas se a atitude e as ações humanas não mudarem;
- medidas de preservação de recursos naturais têm maior chance de sucesso se tomadas sob a responsabilidade das comunidades, que compartilhariam os benefícios de suas decisões;
- a tecnologia e conhecimento de que dispomos hoje podem reduzir consideravelmente o impacto humano nos ecossistemas, mas sua utilização em todo o seu potencial permanecerá reduzida enquanto os serviços oferecidos pelos ecossistemas continuarem a ser percebidos como ‘grátis’ e ilimitados e não receberem seu devido valor;
- esforços coordenados de todos os setores governamentais, empresariais e institucionais serão necessários para uma melhor proteção do capital natural. A produtividade dos ecossistemas depende das escolhas corretas no tocante a políticas de investimentos, comércio, subsídios, impostos e regulamentação.

As Metas de Desenvolvimento do Milênio<sup>21</sup>, um conjunto de ações proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU, adotadas em vários governos mundiais, têm por objetivo reduzir o número de pessoas que estão em um patamar de pobreza onde as condições de vida decente não existem ou são muito precárias, como: água limpa, alimentação adequada e erradicação de doenças evitáveis. As populações que não conseguem atingir os padrões mínimos de bem-estar são geralmente aquelas que são mais vulneráveis à deterioração ambiental. (ASM, 2005).

Segundo Barroso (2004), estas metas são o extrato de complicadas negociações que ocorreram nas Conferências Internacionais ocorridas na década de 90, a saber: Conferências do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, a Conferência dos Direitos Humanos em Viena, a Cúpula do Desenvolvimento Social em Copenhague, a Conferência de População e Desenvolvimento no Cairo e a Conferência da Mulher em Pequim.

Ainda segundo Barroso (2004), a ONU que já esteve no cenário mundial com muito mais força política e econômica para implementação de medidas globais, ao perceber a fragilidade da implementação de tais metas, lançou o Projeto do Milênio para dar “embasamento técnico às formas mais eficientes de alcançar cada uma delas”. A situação agravou-se porquanto a AEM constatou que a perda dos serviços do ecossistema já constitui grande barreira à consecução de metade das Metas de Desenvolvimento do Milênio quais sejam reduzir a pobreza e a fome (meta 01), a mortalidade infantil (meta 04) e as doenças (meta 06). São Metas de Desenvolvimento do Milênio:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome, reduzindo pela metade o número de pessoas que ganham menos de um dólar por dia.
2. Acesso à educação básica e de qualidade para todos.

---

<sup>21</sup> Avaliação Sistêmica do Milênio . Disponível em < [www.millenniumassessment.org](http://www.millenniumassessment.org)>, acesso em 27/07/05.



3. Promover a igualdade entre os sexos e valorização da mulher.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde de gestantes.
6. Combater a AIDS, malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Importante assinalar que essas metas dizem respeito aos países, portanto seriam compromissos firmados com os Estados. Julgamos que há uma distância significativa entre a prática e o discurso havendo a necessidade urgente de implementação de medidas mais eficientes.

Buscando apoio da classe empresarial internacional, o Secretário das Nações Unidas, Kofi Annan, lançou em 1999 no Fórum de Economia de Davos, o Pacto Global<sup>22</sup>. Este pacto foi lançado, como uma iniciativa voluntária, em 20 de julho de 2000 na sede das Nações Unidas. Este pacto é uma iniciativa que propõe a cidadania corporativa como forma de contribuir para o avanço de uma economia global mais sustentável e inclusiva.

O movimento reúne cerca de 1,4 mil companhias de todo mundo, além de governos, organizações não-governamentais (ONGS) e outras entidades da sociedade civil.

No Brasil<sup>23</sup>, o Pacto tem sido conduzido pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidades Social, sendo que em 2000 atendendo a esta convocação, 206 empresas brasileiras tornaram-se signatárias do compromisso, sendo esta lista de acordantes entregue ao próprio secretário das Nações Unidas, Kofi Annan.

---

<sup>22</sup> Disponível em < [http://www.pactoglobal.org.br/pg\\_oqe.php](http://www.pactoglobal.org.br/pg_oqe.php) >, capturado em 01/08/05.

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.pactoglobal.org.br/pg\\_BR\\_historico.php](http://www.pactoglobal.org.br/pg_BR_historico.php) capturado em 01/08/05

No ano de 2004 foi realizada na sede das Nações Unidas o “*Global Compact Leaders Summit*”, um encontro com 480 empresários das empresas signatárias, líderes de organizações internacionais de trabalho, sociedade civil, dentre outros, tendo destacada participação do Brasil, com o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva proferindo a Palestra Magna, e a presença de 27 executivos de empresas brasileiras como a Ache Laboratórios, Aracruz Celulose, Banco do Brasil, BOVESPA, CAIXA ECONÔMICA, Copagáz, COPEL, Fundação Dom Cabral, Grupo Pão de Açúcar, ISAE/FGV, Instituto Ethos, MDD Papéis, Natura, Nutrimental, PETROBRÁS, PNUD, Portela, Souza Cruz e Valor Econômico.

As empresas que assinam o Pacto Global<sup>24</sup> comprometem-se voluntariamente, a seguir e divulgar dez princípios extraídos de declarações consagradas da ONU. Estes princípios foram inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos Princípios Fundamentais dos Direitos do Trabalho da Organização Mundial do Trabalho (OIT) e dos Princípios do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. São divididos inclusive entre Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente :

#### **Direitos Humanos**

Princípio 01: Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos internacionais dentro de seu âmbito de influência.

Princípio 02: Certificar-se de que suas corporações não sejam cúmplices de abusos em direitos humanos.

#### **Trabalho**

Princípio 03: Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.

---

<sup>24</sup> Disponível em [http://www.pactoglobal.org.br/pg\\_BR\\_historico.php](http://www.pactoglobal.org.br/pg_BR_historico.php) capturado em 01/08/05.

Princípio 04: Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e compulsório.

Princípio 05: Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil.

Princípio 06: Apoiar o fim da discriminação relacionada a emprego e cargo.

### **Meio Ambiente**

Princípio 07: Adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais.

Princípio 08: Tomar iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

Todas estas contribuições têm tido uma importância fundamental de alerta para a sociedade em geral, que passa a exigir das organizações e dos Estados mais responsabilidade e adequação à questão ambiental, criando assim o paradigma do Desenvolvimento Sustentável: eficiência econômica, justiça social e harmonia ecológica. Estas pressões por mudanças nos padrões ambientais vêm sendo mais sentidas em segmentos de atividades onde os danos ao meio ambiente são maiores e mais visíveis à coletividade: papel e celulose, química e petroquímica, mineração, dentre outras. (ANDRADE, 1997). Então há uma pressão direta para a mudança de comportamento das empresas.

Segundo Benjamin, em palestra no V Congresso Internacional de Direito Ambiental, as empresas passaram a agir dentro de padrões que podemos classificar como “famílias de controle”, a saber:

1. **Medidas de comando e controle** – legislação e fiscalização. É a maneira coercitiva de responsabilizar as empresas pelos danos ambientais. Utiliza-se no Brasil o Direito Ambiental como princípio que tem sua fundamentação assegurada pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de nº. 6.938 de 31/08/1981, a Lei Federal 7347/85 de Ação Civil Pública, o Código de Defesa do Consumidor , Lei

nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 além da Carta Magna de 1988. Segundo Fiorillo (2005), o Princípio do Poluidor Pagador é consagrado mundialmente, sendo que no ordenamento Jurídico brasileiro, está presente nas leis acima citadas. Sua definição foi dada pela Comunidade Econômica Européia que preceitua “as pessoas naturais ou jurídicas, sejam regidas pelo direito público ou privado, devem pagar os custos das medidas que sejam necessárias para eliminar a contaminação ou para reduzi-la ao limite fixado pelos padrões ou medidas equivalentes que assegurem a qualidade de vida, inclusive os fixados pelo Poder Público competente”. Logo, não traz como indicativo “pagar para poluir”, “poluir mediante pagamento”, mas ao contrário encerra a idéia de evitar o dano – caráter preventivo e ocorrido o dano buscar a reparação do mesmo – caráter repressivo. Na Constituição Brasileira de 88 está no art. 225 § 3º : “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação reparar os danos causados”. Portanto o princípio do poluidor-pagador, segundo Fiorillo (2005), determina a responsabilidade civil aos danos ambientais em três níveis: a) responsabilidade civil objetiva; b) prioridade da reparação específica do dano ambiental; e c) solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente.

2. **Instrumentos Fiscais e Econômicos** – São medidas que visam à proteção ambiental garantindo retorno econômico aos que dela se utilizem. O exemplo mais recente é o Protocolo de Kyoto, tomando como base o ano de 1990, Müller (2005), afirma que este tratado tem grande impacto na economia mundial, uma vez que os países industrializados teriam que diminuir o ritmo das suas atividades e os em

desenvolvimento estariam estagnados sem possibilidade de acesso ao mercado. Para dirimir este impasse, o protocolo prevê o Comércio de Carbono ou Crédito de Carbono. Este comércio permitiria a empresas localizadas em países mais industrializados “continuar” poluindo desde que invistam em projetos que reduzam a emissão de carbono em países menos industrializados, que em tese poluem menos. Por exemplo, para uma indústria no Japão manter o mesmo ritmo de produção e ainda assim cumprir o tratado, deverá investir em um projeto que retire uma quantidade de dióxido de carbono (principal gás que produz o efeito estufa) equivalente a sua emissão. O tratado foi efetivado em 16 de fevereiro de 2005, e um dos grandes empecilhos ao seu funcionamento é a não adesão dos Estados Unidos, país responsável por 25% da emissão dos gases. Segundo Rubens Born (2003), "Queremos lembrar que tanto os países ricos quanto aqueles em desenvolvimento têm que começar a proteger o clima da Terra, implementando programas de energia renovável, diminuindo o desmatamento. Ou seja, há responsabilidades comuns". O tratado é um exemplo, mas outros podem ser acrescentados como ICM ecológico, precificação do uso dos ecossistemas e outros.

3. **Medidas Voluntárias** – São medidas onde as empresas aderem voluntariamente a programas de mitigação da questão ambiental. É mister assinalar que desta forma as empresas utilizam estas ferramentas para atingir estratégias que visam vantagens competitivas através da implementação da Gestão Ambiental tais como: auditorias ambientais, normas internacionais (ISO 9000, ISO 14000, BS7750, e EMAS – “Eco Management Audit Scheme”) e Códigos de Liderança Setoriais (Atuação Responsável, Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável da ICC e o Programa de Liderança da US-EPA – Agência de Proteção Ambiental dos

Estados Unidos. Segundo Bettiol (2005), a ISO 14000 é um exemplo de certificação, importante principalmente para produtos que almejam a exportação. Após graves de acidentes ecológicos, na década de 80 foram desenvolvidos os primeiros sistemas de gestão ambiental e devido a necessidade permanente de criação de normas e diretrizes que servissem de base para políticas ambientais, surgiu a norma BS7550, que é a base de desenvolvimento da série ISO 14000. A implementação da ISO 14000 permite descobrir desperdícios e processos ineficientes, tornando possível a produção com menor gasto de matérias primas e criando menor quantidade de resíduos.

Não obstante, a posição empresarial atual oscila bastante entre os modelos apresentados, visto que em uma mesma empresa podem ser encontrados os três tipos de modelos. É possível em tal cenário que uma empresa esteja buscando alcançar o mercado internacional através da obtenção de uma certificação e que esteja ainda com um modelo que poderia ser classificado como reativo.

Algumas empresas já avançam para o conceito de Responsabilidade Social Corporativa, que segundo Puppim de Oliveira (2005) tem como características:

“Responsabilidade Social ou Sócio - ambiental de Empresas (RSE) é um tema recente, mas de crescente interesse na mídia, empresariado, academia, governo, e sociedade civil no Brasil. Não há um uma lista rígida de coisas que uma empresa deve fazer para ser socialmente responsável. Porém, apesar de não existir uma definição consensual, responsabilidade social envolve uma gestão empresarial mais transparente e ética e a inserção de preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados das empresas. RSE diz respeito à maneira como as empresas agem, como impactam e como se relacionam com o meio ambiente e suas partes legitimamente interessadas (os chamados “stakeholders”). Tudo isto reflete governança corporativa, ou seja, como uma organização é governada, e conseqüentemente afeta seus resultados econômico-financeiros.”

Como atestam outros autores consultados, esse tema é recente no empresariado brasileiro, sendo fortalecido após 1990, que coincide com a adoção do modelo neoliberal da

economia. O Estado, que este modelo propõe é o estado mínimo e progressivamente afasta-se das questões sociais, deixa espaço para que outros o façam. Surgem então movimentos da sociedade civil, como as ONGS e na parte empresarial iniciativas que são uma aproximação com a comunidade que os cerca, mas principalmente com o mercado consumidor, acionistas, fornecedores e outros envolvidos na atividade empresarial. Segundo Soares (2004) observa-se que por trás do *discurso cobertura*, que deixa transparecer apenas as boas intenções e as motivações socialmente admissíveis para esse novo paradigma organizacional, existem outras razões que levam as organizações a aderirem ao movimento pelo social, razões essas que nem sempre são assumidas publicamente e, em sua maioria, não são questionadas pelo mundo acadêmico.

No entanto, ainda que algumas empresas assumam a Responsabilidade socioambiental como estratégia empresarial e utilize os conceitos do gerenciamento ambiental, este por muitas vezes dá conta das dimensões bióticas (fauna e flora) e física (ar, água e solos)..... A dimensão da questão ambiental no Brasil carece de adotar procedimentos que dêem conta também da dimensão antrópica (geração de emprego/renda, educação, estrutura urbana e saúde). (ANDRADE,1996)

Como vimos nos documentos mais recentes (Avaliação Sistêmica e Metas do Milênio), a preocupação com o meio ambiente é o vetor propulsor, mas não esta dissociada da questão da pobreza, fome e da responsabilidade social. Este componente, a responsabilidade social, é o que imprime força à participação efetiva do empresariado ou mercado, na questão ambiental.

A consciência ambiental global é conquista de pouco mais de 30 anos e esta impõe – se, muitas vezes, através da força coercitiva dos Estados, muito mais que a preocupação com o futuro em comum das sociedades ou das gerações futuras.

Segundo Benjamin (2001), é da essência humana o egoísmo, ou seja, auxiliar apenas aqueles com quem se relaciona pessoalmente, em especial os familiares e amigos próximos, negando assistência a terceiros desconhecidos; imediatismo e a atuação degradadora, já que mantém com a natureza que o cerca, um comportamento de dominação, transformação e desbravamento da mesma. Assim, alerta o autor, que a solução para o problema ambiental é difícil, uma vez que a crise ambiental está também relacionada esta faceta do comportamento humano.

Concluimos que a questão ambiental não deve ser tratada nem com extremo alarmismo e nem com o descansa de quem imagina os recursos na Terra inesgotáveis. É preciso procurar o caminho do equilíbrio, pois o ponto de quebra pode estar mais próximo que se imaginava. Nos próprios noticiários atuais percebe-se que a situação beira o limite: aquecimento global, terremotos, maremotos e furacões mais violentos. Estes eventos parecem ser mais um aviso que a moderação deve ser buscada, os excessos combatidos e a igualdade um caminho a ser perseguido.

Trataremos a seguir de um problema ambiental encontrado na cidade de Simões Filho, cuja a solução foi um acordo, denominado TAC entre o município, a empresa poluidora e o Ministério Público.



### **3. FUNDAÇÃO CRÊ**

#### **3.1. GÊNESE E DADOS ADMINISTRATIVOS**

A Fundação Crê, têm na sua gênese no Termo de Ajustamento de Conta – TAC, onde os signatários são o Ministério Público do Estado da Bahia, representado pela 1a. Promotoria de Meio Ambiente, a RDM – Rio Doce Manganês (antiga SIBRA ELETROSIDERÚRGICA), de Simões Filho e a Prefeitura Municipal de Simões Filho, conforme já referenciamos anteriormente.

O acordo paralisa a Ação Civil Publica proposta desde 1983, o que torna os atores sociais acima descritos em acordantes de uma ação conciliatória que leva a empresa tanto a um funcionamento adequado a parâmetros ambientais mais rigorosos, como também à criação da Fundação, determinando seus objetivos e seu patrimônio, a partir do ressarcimento do dano ambiental ou compensação ambiental. O acordo foi assinado em 30 de março de 2001.

A compensação ambiental, conforme já mencionamos, prevê o pagamento pelo poluidor de indenização e/ou recuperação do dano. Na Cláusula Quarta do Termo de Ajustamento de Conduta, que possui 06 itens indicando a forma de pagamento do passivo ambiental, há o compromisso da criação da fundação para gerenciar a construção de 200 unidades habitacionais, uma escola, uma quadra poli-esportiva e o custeio de 03 seminários técnicos dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, respeitando o tripé do socialmente justo, do ambientalmente correto e do economicamente viável. Diz o item 4.3 da cláusula quarta, do acordo: “A Empresa COMPROMISSÁRIA (SIBRA) doará mensalmente pelo período de 48 (quarenta e oito) meses para uma fundação do Município de Simões Filho, que será criada voltada para questão ambiental, à importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco

mil reais), iniciando-se o pagamento 60 (sessenta) dias após a assinatura do presente instrumento, totalizando a quantia de R\$ 1.200,000,00 (hum milhão e duzentos mil reais)”.

Retomando o conceito de Fundação, Rezende (1999), afirma que a fundação está relacionada a um patrimônio que alguém separa do que lhe pertence para beneficiar, sempre, a outras pessoas que não o instituidor ou os administradores da entidade.

No caso analisado, a Fundação Crê, encontramos uma diferenciação de outras fundações, com objetivos semelhantes a esta, como por exemplo, a Fundação Onda Azul, que desde 1990 desenvolve ações que visam a preservação, conservação e a otimização do uso sustentado das águas brasileiras e ecossistemas associados é uma iniciativa particular do músico e Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003 a 2006), sendo ele o seu **Instituidor**. A falta de um patrono ou instituidor, como é comum nas Fundações, diferencia o nosso objeto de pesquisa tanto na forma como na gênese das demais fundações conhecidas.

Encontramos nas atas de constituição da fundação que o instituidor da mesma não é o “poluidor”<sup>25</sup>, pois apesar de custeá-la por quatro anos e constituir-lhe o patrimônio, o faz a título de indenização de compensação ambiental e por obrigação de cumprimento ao acordo. Quem figura na Escritura de Constituição como Instituidora é a comunidade atingida e o Meio Ambiente, este representado pela ONG Ambientalista mais antiga do Município de Simões Filho. A intenção do MP ao tornar a comunidade atingida o instituidor foi uma inovação, sendo a intenção melhor que o resultado. Desta forma, a fundação se fragiliza na sua constituição, pois não há um verdadeiro instituidor, já que esta solução generaliza e não aponta nem uma pessoa física e nem jurídica, conforme tradicionalmente observa-se na constituição de uma fundação.

---

<sup>25</sup> O conceito é o encontrado na Lei nº6938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente, onde o **poluidor** é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental.

Na escritura da Fundação Crê <sup>26</sup>, encontramos que sob o ponto de vista jurídico, esta fundação é uma entidade de direito privado e de natureza ambiental e social sem fins lucrativos com patrimônio constituído. Sua missão é contribuir na solução de problemas ambientais e na divulgação e geração de modelos de desenvolvimento sustentável enfatizando a defesa do meio ambiente, a qualidade de vida das populações carentes e do patrimônio cultural. Após o Planejamento Estratégico, realizado em 2006, a missão foi redefinida como: **“Inclusão social com responsabilidade ambiental”**.

Nos documentos internos da fundação (planejamento estratégico, projetos diversos, escritura e outros) está descrito com é a estrutura organizacional. Dividida em Conselho de Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, escolhidos entre os membros notáveis da comunidade de Simões Filho. Há nesta estrutura administrativa um critério participativo e democrático na constituição da fundação, porquanto, os membros do Conselho Curador são indicados por diversas entidades (Ministério Público, Entidade Ambientalista, Câmara de Vereadores e Poluidor). No entanto, como já pontuamos, não há na estrutura organizacional a presença de representante (s) da comunidade atingida, que gera problemas de identificação com a mesma.

O Estatuto da Fundação prevê a contratação de um cargo de executivo, um Superintendente, que gerenciaria os diversos projetos da fundação, além de captar recursos, responder pela contabilidade e administração geral da Fundação. Entende o Conselho Curador que esta forma de contratação garante à Fundação um profissional com dedicação exclusiva aos projetos da Fundação.

O Superintendente tem na sua missão coordenar os diversos projetos da Fundação Crê, haja vista o caráter multidisciplinar do projeto central – Projeto Social Empreendimento

---

<sup>26</sup> [www.fundacaocre.org.br](http://www.fundacaocre.org.br).

Responsável - SER, onde muitos atores sociais estão envolvidos. Coordená-los utilizando como viés principal a ótica ambientalista é tarefa primordial deste colaborador.

A organização não dispõe de quadros operacionais próprios, optando pela contratação por projetos dos profissionais que atuam em um espaço de tempo definido, evitando assim maiores custos operacionais. Os projetos são elaborados e executados, na sua maioria, através de parcerias com órgãos especializados dos setores público e privado. A Fundação Crê mantém, portanto parcerias com Universidade Federal da Bahia – Ufba, Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia - CONDER, Secretaria do Trabalho do Estado da Bahia – SETRAS, Prefeitura Municipal de Simões Filho dentre outros, para o financiamento e execução das atividades do Projeto SER., além de contratar alguns projetos com consultores e/ou profissionais autônomos.

Em resumo, há elementos de inovação na criação da Fundação Crê, que a diferencia de seus pares organizacionais, a saber:

- a indenização de passivo ambiental ensejando a criação de uma fundação;
- a Fundação tem seu patrimônio constituído e por 04 (quatro) anos foi mantida pelo poluidor;
- o propósito que a Fundação Crê alcance a auto sustentação e prossiga na propugnação da defesa ambiental;
- Conselhos Curador criado por critério participativo e democrático, já que os atores sociais envolvidos puderam indicar os membros;
- ausência de interferência do poluidor no comando da fundação, o que indica a lisura e independência da mesma para consecução dos seus objetivos;

- o Instituidor da fundação não é o poluidor, pois, apesar de fazer o repasse financeiro, o faz de forma compulsória, obrigado a pagar a indenização do passivo ambiental. Desta forma, a comunidade é quem passa a ser a beneficiária direta, sendo que o Instituidor da fundação passa a ser a entidade ambiental mais antiga do município;
- a fiscalização da fundação é feita pelo Ministério Público, não apenas em razão da Curadoria das Fundações, mas pela relação embrionária que mantém com este, inclusive com indicação perpétua de um dos membros do Conselho de Administração;
- busca-se a materialização da sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável tão alardeado em teoria e neste caso com possibilidades concretas de realização;

O resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos seis anos de existência fez com a Fundação Crê fosse:

- Reconhecida pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia como de Utilidade Pública através da Lei nº. 8788 de 17/09/03;
- qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei nº. 9.790 de 23/03/03, conforme despacho da Secretaria Nacional de Justiça;
- reconhecida pela Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Simões Filho como de Utilidade Pública Municipal através da Lei 657/03 de 01 de Outubro de 2003;
- registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Simões Filho sob n. 073 de 22 de Janeiro de 2004.

- participante finalista do Prêmio FIEB 2006 de Atuação profissional em defesa do Meio Ambiente;
- selecionada como primeira entidade baiana no Programa de construção de casas próprias para comunidades de baixa renda, pela Caixa Econômica Federal (Programa de Crédito Solidário e Programa Social de Habitação).

A seguir detalhamos alguns itens que compõem a Fundação Crê como o documento que a criou (TAC), os signatários do acordo e os projetos da fundação.

### **3.2. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC**

O Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TAC) é também conhecido como Compromisso de Ajustamento de Conduta **Ambiental**, onde grifamos o ambiental, pois existe a previsão de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC relativo a todos os interesses difusos e coletivos, como consumidor, cidadania, etc., que nasce a partir do Inquérito Civil. Nas palavras de Hugo Nigro Massili (1999), o Inquérito Civil “é uma investigação administrativa prévia a cargo do Ministério Público que se destina basicamente a colher elementos de convicção para que o próprio Órgão Ministerial possa identificar se ocorre circunstância que enseje eventual propositura de Ação Civil Pública ou Coletiva” (MASSILI, 1999, pg. 46).

O mérito de criar um novo instrumento de investigação presidido exclusivamente pelo Ministério Público, denominado de Inquérito Civil foi da Lei da Ação Civil Pública sob nº. 7347/85. Porém o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078/1990 (artigo 113) esclareceu que o Ministério Público e os demais co-legitimados para propositura da Ação Civil Pública, na tutela dos interesses difusos e coletivos, podem efetuar acordos judiciais e extrajudiciais para solucionar as irregularidades apuradas no Inquérito Civil. (PINHO, 2001)

O Termo de Ajustamento de Conduta, portanto, é o instrumento que permite ao Ministério Público, resolver o problema apurado no Inquérito Civil pela via da conciliação. O Infrator se compromete a adequar sua conduta às exigências legais, tornando desnecessário que o Ministério Público ingresse com a Ação Civil Pública através do TAC

Com a alteração introduzida pelo Código de Defesa do Consumidor que alterou o artigo 5º da Lei da Ação Civil Pública, houve expressa disposição em seu §6.º no sentido de que “os Órgãos Públicos legitimados poderão tomar dos interessados Compromissos de Ajustamento de sua Conduta as exigência legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”. (PINHO, 2001)

Quanto à importância do Compromisso de Ajustamento de Conduta, o doutrinador Celso Antunes Pacheco Fiorillo, afirma que: “trata-se o instituto de meio de efetivação de pleno acesso à justiça, porquanto se mostra como instrumento de satisfação da tutela dos direitos coletivos, à medida que evita o ingresso em juízo, repelindo os reveses que isso pode significar à efetivação do direito material”.

O TAC é um acordo que deve prever o comportamento futuro da instituição intimada no processo e que também pode prever formas de ressarcimento aos danos causados pela atuação desta. Segundo Pinho (2003), a Compensação Ambiental foi prevista no art. 04 da Lei de Política de Meio Ambiente, que expressa a vontade do legislador em levantar a possibilidade de alternância ou cumulação das formas de ressarcimento do dano ambiental. Ocorre que o dano ambiental possui uma complexidade endógena e por vezes é insusceptível de recuperação, o que para muitos juristas já dá margem que a regra de cumulação seja pretendida ao determinar o ressarcimento ambiental.

Existem outras formas de Compensação Ambiental, a saber: doação de carros, computadores e lanchas ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; criação de parques, restauração de prédios de reconhecido valor histórico, realização de seminários, fóruns, campanhas de educação ambiental, doações às escolas públicas de biblioteca básica sobre Meio Ambiente, doação de veículos a Órgãos de Fiscalização Floresta, criação de Fundações, estruturação material de ONGS, implantação de esgotamento sanitário e etc. (PINHO,2003)

O promotor de justiça ambiental não tem amparo de material de pesquisa para auxiliar a escolha da solução compensatória a ser aplicada. Esta insegurança é fruto da dificuldade percebida na valoração do dano ambiental, pois não há uma metodologia consolidada para tal, devendo o promotor ambiental usar sua criatividade e bom senso para aplicar a forma que lhe pareça mais justa.

Segundo a opinião dos autores consultados, a Compensação Ambiental deve atender aos princípios maiores da Política Ambiental Nacional, da sustentabilidade, ecoeficiência e uso de tecnologias mais ambientalmente responsáveis, sendo que o envio ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDDD, somente é obrigatório quando a Ação Civil Pública termina em condenação do infrator. O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC é um instrumento de acordo entre as partes, anterior ao desfecho da ação; portanto o resultado da multa é uma escolha discricionária do Promotor de Justiça, encarregado da condução do acordo.

O FDDD foi criado pela Lei 9.008 de 21/03/95, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça. Os recursos deste fundo devem ser aplicados na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos e científicos, na edição de material informativo e na modernização administrativa dos órgãos aos quais o fundo visa assegurar proteção. Importante salientar que o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDDD parece longe de



atingir seus objetivos uma vez que não há um direcionamento efetivo dos valores repassados para o local de onde se origina o dano ambiental, objeto da indenização. (PINHO,2003)

Em síntese: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento previsto na Lei da Ação Civil Pública em vigor (5.º §6.º) que possibilita ao Ministério Público efetivar a tutela ambiental através de acordos, sem ter que levar a demanda ao poder judiciário.

O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC assinado em 2001 na cidade de Simões Filho foi o resultado de uma negociação ao longo de 02 anos com os interlocutores citados anteriormente, que apresentou como resultados tanto os aspectos técnicos tais quais: o estudo epidemiológico, sistema de controle das emissões atmosféricas, estudo da contaminação do solo por metais pesados, remoção e reabilitação dos resíduos sólidos, reciclagem dos resíduos, monitoramento das águas subterrâneas, diagnóstico ambiental da Baía de Aratu dentre outros, como a criação da Fundação. São 60 itens que compõem as cláusulas das obrigações da RDM, inclusive cronograma de execução e forma de fiscalização.

O TAC pode ser firmado durante uma Ação Civil Pública que esteja tramitando no Judiciário, como foi o caso da Rio Doce Manganês - RDM, sendo que o acordo deve ser homologado judicialmente. Os co-legitimados a propor Ação e firmarem um o TAC são as autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações constituídas há mais de um ano.

Destacamos a seguir os signatários do TAC que originou a Fundação Crê, por entendemos como importante a compreensão do papel de cada um destes atores no acordo.

### 3.3. O MINISTÉRIO PÚBLICO E A ATUAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Alfonsin (2005) até os anos 80 a legislação brasileira era frágil em relação ao Meio Ambiente, e o ordenamento existente relativo à água, florestas, tinha o objetivo de proteção econômica e não ambiental. Com a Lei 6938/81, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, e institui-se, baseado no Princípio do Poluidor Pagador, a responsabilidade daquela pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente causar degradação ambiental, independentemente de culpa. Esta lei foi recepcionada na Constituição Federal de 88 no seu art. 225, já mencionado anteriormente. A Constituição de 88 apresenta como diferencial das anteriores, que a responsabilidade penal não é só para a pessoa física, mas também à pessoa jurídica, conforme já referenciado no item 1.2 – contextualização.

Entretanto, prossegue Alfonsin (2005), somente em 1988 veio a Lei 9.605 que estabeleceu as sanções penais e administrativas, regulamentando a Constituição, sendo a partir daí, com os poderes atribuídos ao Ministério Público, pela própria Constituição e depois pelo Código de Defesa do Consumidor, somado à atividade dos órgãos ambientais, começa a haver a efetividade desta lei, passando especialmente as empresas a incorrerem em sérios riscos ao não observarem as regras ambientais, podendo sofrer severas e pesadas penas, tanto administrativas, civis e penais, que vão desde a interrupção das atividades, suspensão de direitos, tais como, não participar de licitações, não receberem incentivos fiscais, ou financiamentos oficiais, ou ainda, trabalhos comunitários, a prisão de todos que colaboraram para o delito, dirigentes ou não, mais multa, independentemente do dever de reparar os danos.

Segundo Ferreira (1996), a cultura nacional fortemente influenciada pela pobreza e busca do desenvolvimento não conseguia até recentemente estabelecer um nexo entre essas duas correntes e o meio ambiente, daí a grande dificuldade de estabelecimento do “projeto

ambientalista”. A questão ambiental institucionalizou-se e como o Brasil tem uma legislação ambiental de densidade relativa, continua Ferreira (1996), já foram garantidas algumas vitórias importantes, no sentido de estabelecer acordos, mesmo que algumas vezes parcial entre diferentes segmentos sociais tanto em relação à recuperação como a conservação de ecossistemas.

Encontramos na Constituição Federal de 88, no art.nº. 127 a definição para o Ministério Público como “(..) *a instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*” (grifo nosso). Para Mazzili é a Constituição do Ministério Público. Para Nalini (2003) é a *Constituição Cidadã* porque, dentre outros motivos, foi capaz de devolver esperança à cidadania, fruto do intenso debate social que a precedeu, e somente possível por causa da saída de um longo período de autoritarismo.

Nalini (2003), afirma que a separação de poderes do Estado tem suas raízes em Montesquieu, dividindo as atribuições estatais, como a conhecemos até hoje em: Legislativo - encarregado de estabelecer as regras de conduta, Executivo – atribuição de governar e ao Judiciário – aplicação das leis às controvérsias tendo como característica a inércia, agindo somente diante de provocação. O Ministério Público é, no entanto, o único titular da ação penal pública, por definição constitucional, tendo, portanto papel relevante na comunidade em relação à implementação das leis ambientais. A qualquer cidadão é garantido o direito de denunciar danos ambientais e conta para isso com duas esferas: a administrativa no caso da Polícia Ambiental e o Ministério Público.

Ainda segundo Nalini (2003), qualquer pessoa pode acionar o Ministério Público que tem a função institucional de defender a ordem jurídica e os interesses individuais e sociais disponíveis (art.127 da Constituição de 1988).

No art. nº. 138 inciso III da Constituição do Estado da Bahia, encontramos que o Ministério Público tem por competência “*promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos*”. Já as Promotorias do Meio Ambiente estão definidas dentro da Estrutura Organizacional dos MP’s estaduais e a Lei Complementar nº. 11 no seu art. 4º, § 2º define as Promotorias como órgãos da administração do Ministério Público, sendo que as subdivisões destas seguem as definições do Direito: Cível, Crime, Do Consumidor, Meio Ambiente e outras, designadas a atender e advogar pelos que a procuram.

De acordo com Souza (2001), o Ministério Público, como agente fiscalizador e transformador da sociedade têm papel imprescindível na conscientização da necessidade da pureza ambiental como fator fundamental e permanente para humanidade, e também de zelar para dirimir ou evitar os vários fatores que causam desequilíbrio e exaustão dos recursos ambientais. Continua a autora que a proteção do meio ambiente é parte da defesa do patrimônio natural da humanidade e, como já citado, a partir de 1972, na Conferência de Estocolmo, surgiu uma nova mentalidade que ensejou a criação de medidas regulatórias em vários países, inclusive no Brasil.

Em resumo, o Ministério Público ampara-se na **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de n.º 6938 de 31/08/1981** - no seu Art. 4 estabelece “a imposição ao poluidor e ao predador da obrigação de recuperar e / ou indenizar os danos causados”, na **Lei Federal 7347/85 de Ação Civil Pública** - dispõe no seu artigo 13º como punição ao agente poluidor uma condenação em dinheiro e depósito em Fundo Nacional ou Municipal e no **Código de Defesa do Consumidor , Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990** - que no Art.113 autoriza o Ministério Público e os demais co-legitimados para a propositura da Ação Civil Pública, na

tutela dos interesses difusos e coletivos, poderiam efetuar acordos judiciais e extrajudiciais para solucionar as irregularidades apuradas no Inquérito Civil.

O Ministério Público a partir dos três dispositivos legais já mencionados: Política Nacional de Meio Ambiente, Lei da Ação Civil Pública e Código de Defesa do Consumidor, têm papel primordial na aplicação das **Compensações Ambientais** e na provocação deste tipo de instrumento, pois se ampara ainda na Constituição de 1988, que dá amplos poderes de ação e de coerção aos crimes ambientais ao MP. Todos estes motivos seriam já suficientes para a explicação das razões da atuação do Ministério Público na causa ambiental.

#### **3.4. RIO DOCE MANGANÊS – RDM ou antiga SIBRA ELETROSIDERÚRGICA S.A.**

A Companhia Vale do Rio Doce, segundo informações institucionais publicadas no site da empresa<sup>27</sup>, foi criada no dia 1º de junho de 1942 para exploração das minas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero (MG). Hoje seu grupo de acionistas controladores é composto por investidores de varejo brasileiro, institucionais nacionais e estrangeiros, além de parte dos empregados da empresa. Líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas, 2ª maior produtora global de manganês e ferroligas, além de maior prestadora de serviços de Logística do Brasil está presente em 13 estados brasileiros e em quatro continentes (Américas, Europa, África e Ásia), e é um dos mais importantes e produtivos grupos empresariais brasileiros.

No folder de divulgação da empresa encontramos as informações a seguir: a empresa encontra-se instalada no município de Simões Filho desde da década de 60, quando o Grupo Grassi, com sede na Argentina decidiu por um plano de expansão no mercado de ferroligas de manganês, iniciando pela compra de uma fábrica no estado da Bahia. Em 1988 passa o

---

<sup>27</sup> Disponível em < [http://www.cvr.com.br/t\\_area\\_highlight.asp?pag\\_cod\\_id=44&are\\_id=127&idm\\_cod\\_id=9](http://www.cvr.com.br/t_area_highlight.asp?pag_cod_id=44&are_id=127&idm_cod_id=9)>, capturado em 20/08/05.

controle acionário para a Companhia Paulista de Ferroligas, possibilitando, no ano seguinte, investimentos na modernização do seu parque industrial e apesar de em 1994 entrar em operação mais uma unidade de produção, Planta III, a empresa enfrentou sérios problemas financeiros. A Companhia Vale do Rio Doce e a USIMINAS assumiram o controle em 1995 e em 2000 a CVRD ao adquirir ações da USIMINAS passa a um processo contínuo de mudanças e implementação de melhorias. Em 2003 concluem a simplificação societária passando a SIBRA e CPFL a serem denominadas de Rio Doce Manganês. Em 2001, a empresa tem um lucro de R\$ 64 milhões, sendo que o complexo de ferroliga de manganês baiano é o maior da América Latina com capacidade de produção de 200 mil toneladas anuais de ferroligas, matéria prima para o setor de siderurgia.

Encontramos em Quaglia, Silva e Carvalho (2002)<sup>28</sup>, que a antiga Sibra Eletrosiderúrgica, iniciou suas atividades em 1970 e dois anos depois (1972) já acontecia uma ampliação no seu parque produtivo, aumentando sua capacidade instalada em 177% com a construção de outra unidade denominada SIBRA II. Privatizada em 1988, o controle acionário passou a ser da Cia. Paulista de Ferro - Ligas e somente em 2001 passa ao Grupo Vale do Rio Doce. Em 1990 iniciou-se o 3º projeto de ampliação com a instalação da unidade SIBRA III. Esclarecem ainda os autores que a Rio Doce Manganês (antiga SIBRA) é uma empresa de siderurgia que produz ligas de ferro manganês e ferro silício manganês, sendo seu processo produtivo baseado em uma conversão termodinâmica de redução à forma metálica dos óxidos de manganês, silício e ferro.

No entanto, apesar de gerar renda ao município de Simões Filho na forma de impostos municipais arrecadados, o processo de fabricação é altamente poluente e afeta as populações

---

<sup>28</sup> Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, tendo como responsáveis técnicos : Luiz Juvêncio Cardoso Quaglia, Nívea Roquilini Santos Silva e José Jorge de Souza Carvalho, constando do Inquérito Civil , na juntada de documentos enviados pela SIBRA ao Ministério Público.

do entorno com emissão de material particulado, levando à contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas, da fauna e flora e também prejuízos à saúde da comunidade.

Segundo Braga, jornalista do periódico “CORREIO DA BAHIA”, (2001), a RDM – Rio Doce Manganês emprega cerca de 4 mil operários e apesar de ter passivos na ordem de R\$20 milhões, é responsável por 30% da arrecadação de impostos do município. Portanto o TAC de 2001, trouxe benefícios em vários sentidos, pois não era interessante para o município e nem para a população uma ação judicial demorada e cuja solução fosse distanciada da realidade.

No entanto, a estratégia da empresa diante do Termo de Ajustamento merece destaque, pois ao concordar com a forma inovadora de pagamento de passivo ambiental, aponta a uma postura pró ativa diante da multa ambiental, revertendo o valor monetário a uma ação na comunidade do entorno. Porém não podemos deixar de comentar que essa atitude também demonstra o que Corazza (1996 *apud* Andrade, 1997) alerta: “(..) Por mais permeáveis que sejam as fronteiras organizacionais às pressões de cunho ambiental, têm preceitos de ordem econômica que estabelecem uma hierarquia nas diversas pressões que nelas atuam, que, como se sabe, não são somente nem prioritariamente de ordem ecológica”. Há então, razões de estratégicas para o que algumas empresas estão adotando onde a parceria com o entorno, a inclusão de projetos de tecnologias limpas e proximidade com as estruturas sociais locais.

Conforme aponta Andrade (1997):

“(..) as empresas têm como objetivo alcançar a eficiência econômica de maneira compatível com padrões sustentáveis de desenvolvimento e percebem, em nível de mercado, que a problemática ambiental está cada vez mais inscrita em um quadro de alta ameaça e alta oportunidade de adquirirem vantagem competitiva duradoura ao se anteciparem a possíveis contestações futuras de legitimidade” (ANDRADE, 1997)

### 3.5. O MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO

O município de Simões Filho tem uma área territorial de 193 km<sup>2</sup> e possui uma população de 94.066 habitantes, segundo o Censo de 2000. Apesar de estar a apenas 18 km da capital Salvador e a 21 km de Camaçari, maior pólo industrial do estado, atinge somente o 5º lugar no Índice de posição na RMS quanto ao IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) e a 30ª no Estado em relação ao IDS (Índice de Desenvolvimento Social). (SATURNINO e PAIVA,2001).

Estes índices são definidos pela Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia - SEI. Encontramos em Porto (2003)<sup>29</sup> que para o caso especial da Bahia, a SEI utiliza um Índice Geral de Desenvolvimento Sócio econômico – IGDS, calculado a partir da média geométrica dos índices de Desenvolvimento Econômico – IDE e do Índice de Desenvolvimento Social – IDS, para cada município. Continua o autor que o IDE é calculado com base nas condições de infra-estrutura (telefone/100 hab; estabelecimentos comerciais e de serviços/1.000 habitantes; estabelecimentos bancários/1.000 habitantes; e consumo de energia elétrica/100 habitantes), da mão-de-obra local (matrículas escolares por população local) e da renda gerada localmente (resultado da distribuição do PIB baiano pelo número total de municípios, mais ajustes com outros indicadores que aproximavam os valores da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral, comercial, construção civil, serviços de transportes e comunicações, água, luz, restaurantes e bares, setor serviços).

Conclui Porto (2003) que embora os indicadores mais utilizados para medidas sociais sejam : Índice de Desenvolvimento Humano –IDH, das Nações Unidas; Índice de Bem Estar Social do New Economy, Índice de Desenvolvimento Social da Revista Conjuntura

---

<sup>29</sup> Porto, Edgard. Desenvolvimento e território na Bahia – Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2003. 111 p. : il. – (Série estudos e pesquisas, 61).Disponível em ,<  
[http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_analise/sep/pdf/sep\\_61/pag\\_36.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/sep/pdf/sep_61/pag_36.pdf) >capturado em 03/08/05.



Econômica e os índices de pobreza do IPEA, os indicadores da SEI, se não são os ideais, são igualmente confiáveis, embora eles tenham como referência o território municipal e não a sede dos municípios.

Pela posição ocupada por Simões Filho, inferimos que se trata de uma cidade com dificuldades e associada a um determinado grau de pobreza, embora tenha localização estratégica dentro do estado da Bahia.

Município da região metropolitana da capital do Estado da Bahia, Simões Filho foi criado em 07 de novembro de 1961 pela Lei Estadual nº. 1.538 e integrava, como distrito, o município de Salvador, com a denominação de Água Comprida.

Segundo a Saturnino e Paiva (2001), a formação histórica e ocupação de Simões Filho está ligadas diretamente à expansão da cultura canavieira do Recôncavo Baiano e as recentes transformações sociais e econômicas que o afetaram estão ligadas à dinâmica da própria Região Metropolitana de Salvador.

Do Projeto Fome Zero – Petrobrás, elaborado pela equipe da Fundação Crê, retiramos um pouco da história da região: o município de Salvador em 1954, sofreu uma divisão político-administrativa em 5 distritos abrangendo vários distritos. Além dos distritos emancipados havia aglomerações populacionais mais importantes à época, distribuídas por todo o território municipal de Salvador, grande número de pequenos povoados, que, embora não tendo maior representatividade, também constituíam núcleos de população contínuos. Os principais desses povoados foram os de Santo Antônio do Rio das Pedras, Ponta de Nossa Senhora, Mapele, Muriqueira, Santa Luzia, Tiro Seguro, Portão, Suape, Botelho, Itamoabo, Martelo, Oratório, Jacareacanga, Caboto, Freguesia, Passagem dos Teixeira, Cruz, Maçui, Rio do Cunha e Roça Grande.

As razões determinantes da lenta, porém, permanente estruturação administrativa da Região são reconhecidas pelos historiadores como resultado natural do crescimento demográfico, do aumento do número de engenhos e fazendas, da formação de grupos vicinais espontâneos e da preocupação da Igreja Católica de criar capelas e freguesias. A construção das linhas férreas serviu para a consolidação dos aglomerados urbanos, embora em alguns casos também tenha sido determinante para o surgimento destes.<sup>30</sup>

A história de formação do município de Simões Filho é uma comprovação dessa hipótese: os documentos mais antigos fazem referência à existência, na área do atual município, de três importantes fazendas, com as denominações de Engenho Novo, Água Comprida e Cotegipe, sendo que na Engenho Novo funcionava a Usina de São Miguel. Em um documento cartorial de medição dos terrenos da Usina de São Miguel, datado de 1904, são mencionados como limites as fazendas e os engenhos de Cotegipe e de Água Comprida e, sem que se tenha informações bastante precisas que permitam unir os elos da cadeia sucessória, registra-se que a fazenda denominada Água Comprida foi posteriormente, em 1925, desmembrada em dois lotes que conformariam a Fazenda Thebaida, com os nomes de Água Comprida e Rio Joanes.

Todas essas fazendas viviam em função dos engenhos e abrigavam os trabalhadores e suas famílias em casebres rústicos dispostos em arruamentos, constituindo embriões de pequenos centros populacionais. A transformação posterior desses incipientes povoamentos, assumindo características verdadeiramente urbanas, está relacionada à implantação, no ano de 1853, da 4ª Divisão da Viação Federal Leste Brasileiro, empresa subsidiária da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.. Essa implantação materializou-se a partir da concessão do

---

<sup>30</sup> Texto pesquisado do Projeto Fome Zero, encaminhado à Petrobrás em 2004.

Governo Imperial para a construção de uma linha ferroviária que, partindo de Salvador, atingiria a Vila de Juazeiro.

Em 1891, outra concessão, já então do Governo do Estado da Bahia, resultou na construção das estradas de ferro Centro-Oeste e Sul, como extensões da linha tronco, com ponto de partida em Mapele, seguindo em direção a Monte Azul, no Estado de Minas Gerais. A localidade de Mapele passou a ser, então, área de entroncamento ferroviário, consolidando o aglomerado urbano que nela se constituía. Em função desses novos trechos ferroviários, também se consolidaram os povoados de Aratu, Santa Luzia, Água Comprida e Góes Calmon, em decorrência da implantação de estações ou pontos intermediários da ferrovia.

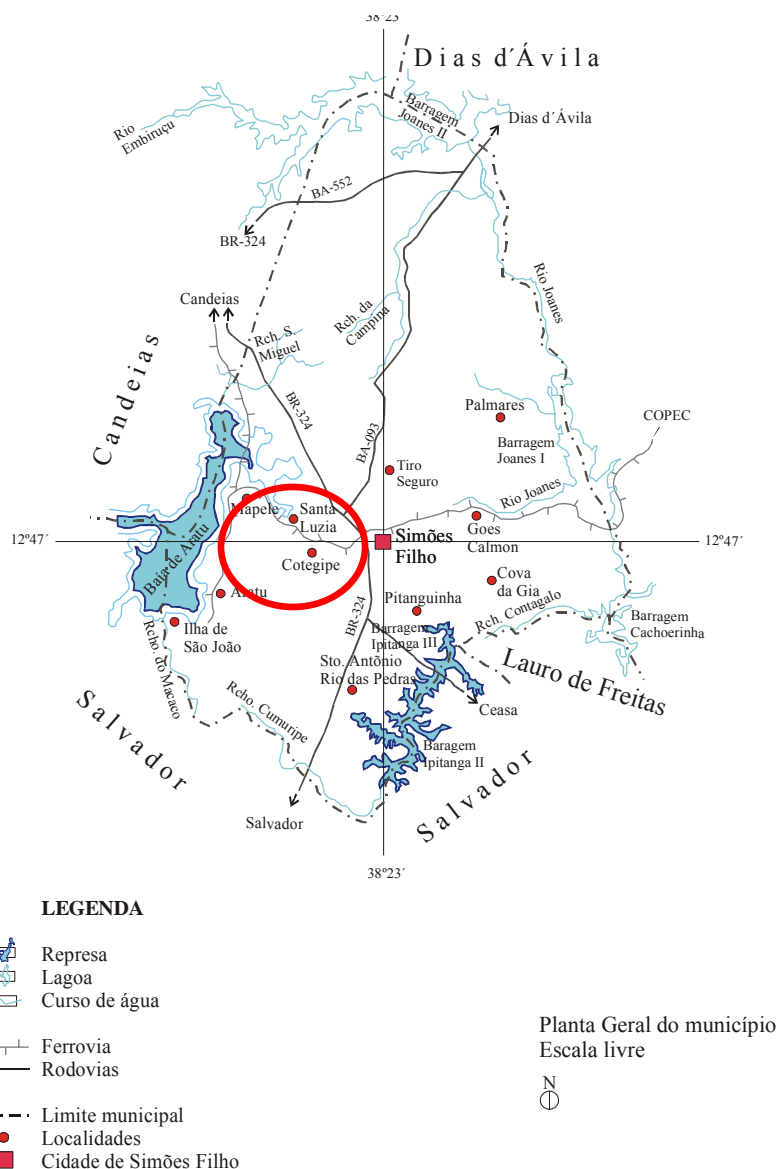
A linha férrea considerada tronco partia de Salvador, atravessava a área atual do município de Simões Filho e atingia o município de Alagoinhas, bifurcando nas linhas Norte e Nordeste. Os trens faziam paradas obrigatórias nas estações de Aratu, Mapele e Santa Luzia, com pontos em Cotegipe, Nova Canaã e Góes Calmon.

Posteriormente, com a abertura da antiga rodovia Salvador-Feira de Santana, o povoado de Água Comprida começou a destacar-se dos demais, em razão do traçado viário que o atravessava, tangenciando a sede distrital, passando, assim, a polarizar as atividades dos distritos e demais localidades em seu entorno, criando força econômica e política para a sua emancipação político-administrativa.

Os distritos de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia estão localizados nas cercanias da antiga SIBRA Eletrosiderúrgica S.A., atualmente pertencente ao Grupo Vale do Rio Doce – RDM Siderúrgica (vide ilustração 01).

A participação da Prefeitura do Município como signatária do Termo de Ajustamento dar-se de forma compulsória, uma vez que tanto a empresa poluidora quanto as comunidades atingidas, estão localizadas e sediadas no seu território.

Grande parte da arrecadação municipal provém de recursos de impostos estaduais, entre eles o Imposto de Circulação de Mercadorias – ICMS, sendo que grande parcela deste é pago pela RDM. Portanto, o município encontrava-se no acordo em posição delicada, pois de um lado tinha a obrigação de fazer e do outro a grande empresa, cujo impacto financeiro representava mais da metade de sua receita. “Ninguém nesse dia é mais feliz que eu” , declarou o prefeito municipal da época , Dr. José Eduardo Alencar, felicitando os presentes na cerimônia de assinatura do TAC. A Prefeitura arcou com a infra-estrutura das 200 casas do condomínio CRE-SER, a saber: arruamento, pavimentação, instalação de sistema de drenagem e em colaboração com as concessionárias Estaduais, a instalação de água e luz.



**Figura 1 - Município de Simões Filho e localização de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia**

### 3.6. O PROJETO SOCIAL EMPREENDEDIMENTO RESPONSÁVEL – SER

O Projeto SOCIAL EMPREENDEDIMENTO RESPONSÁVEL – SER, é assim denominado porque a sua premissa básica é que um projeto social nasce da mobilização e organização da sua população objeto com os demais atores sociais, a saber, Governo e Iniciativa Privada para a consecução de projetos que tenham uma ação transformadora e

coletiva. Foge desta maneira da caracterização de outros projetos sociais onde a ação compensatória anula o caráter reprodutivo, porque se esgota no próprio indivíduo. (SATURNINO e PAIVA, 2001).

Conceituamos este projeto como “guarda-chuva” pois é o cerne dos outros projetos associados, tornando-se assim um mais um Programa de Ação do que meramente um projeto.

Possui 07 sub projetos ou projetos associados, que resumimos a seguir:

- **PROJETO AGENDA 21** – Responsável - Maria Luzia de Mello Torres – Primeira aproximação comunitária com a implementação da agenda 21 local com ações de Educação Ambiental, levantamento da problemática comunitária, construção do mapa falante dentre outras atividades. Capacitou cerca de 500 pessoas a um custo de menos de R\$10,00/capacitado mês além de ter incentivado 02 associações locais: uma de mulheres da comunidade e outra de pescadores e marisqueiras. Início em Junho de 2001 e concluído em Janeiro / 02.
- **PROJETO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL** – Responsável - Tibúrcio de Medeiros e Walter Rodrigues – Levantamento das condições ambientais da poligonal do projeto com estudo de solo, água e plantas para a implementação das 50 primeiras unidades habitacionais. É realizado também o primeiro estudo topográfico que serviu de base para a implantação do projeto urbanístico. Encontramos também neste estudo orientações para as intervenções futuras, visando à consecução de projetos de desenvolvimento sustentado da região, entendendo este desenvolvimento como sendo aquele que valoriza e preserva as interações do ser humano com o meio ambiente, em busca do equilíbrio. Início em Outubro de 2001, concluído em Janeiro de 2002.

- **PROJETO DIAG. SÓCIO-ECONÔMICO** – Responsáveis – João Saturnino e Juarez Paiva – Caracterização das Comunidades de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia, tendo sido aplicado 1.500 questionários na totalidade destas comunidades. Estes questionários permitiram através de 05 (cinco) critérios, selecionar 120 famílias que foram submetidas às oficinas de trabalho com a equipe de sociólogos e que possibilitaram a escolha de 49 famílias. Os resultados desta pesquisa permitiram à Fundação a constituição de um banco de dados com informações pertinentes da área de inserção e transformou-se na base para a seleção das outras 151 famílias ,bem como, o referencial da Matriz de negócios da região.Início em Abril de 2002, concluído em Maio de 2003.
- **PROJETO CONSTRUIR I, II, III e IV**– Responsáveis – Equipe Fundação Crê, THABA/UNEB, Prefeitura Municipal de Simões Filho e CONDER – Edificação das 200 casas para a comunidade alvo do Projeto SER, tendo na sua primeira etapa concluído 50 casas em Abril de 2004, utilizando a metodologia do Programa Aprendendo e Construindo Foram realizadas 720 capacitações na área de construção civil em profissionais como: pedreiro, carpinteiro, encanador e pintor. As etapas II, III e IV, com a construção de 50 casas cada uma, aproveitaram as pessoas capacitadas da etapa I, organizadas em forma de cooperativa, e também a mão de obra local, primando por técnicas e procedimentos de aproveitamento total da construção civil, tornando o índice de reaproveitamento de sobras da construção a zero. A escolha da localização das 04 etapas de construção, a saber, 50 casas em cada etapa, não foi uma escolha aleatória dos membros da Fundação Crê ou dos beneficiários do projeto. Depois de assinado o Termo de Ajustamento de Conduta e firmada a parceria com a Prefeitura Municipal de Simões Filho, foi solicitado a esta que indicasse terrenos disponíveis nas localidades objeto. Apenas três terrenos poderiam ser desapropriados na época : um em Mapele, onde estava o campo de futebol da

comunidade, um em Santa Luzia e um na localidade de Cova da Gia, distrito de Simões Filho. O primeiro, além de bastante aprazível, possuía o tamanho que era necessário para no mínimo a primeira etapa de 50 unidades habitacionais, estava integrado à comunidade de Mapele onde foi encontrado também o maior número de habitantes. A distância do raio de 2 km da SIBRA também foi um fator que contou positivamente para este terreno, pois o Termo de Ajustamento de Conduta previa a adequação do funcionamento da SIBRA em parâmetros ambientais sustentáveis em até 04 (quatro) anos. Ao analisar a possibilidade do terreno localizado em Santa Luzia, os fatores proximidade da SIBRA e tamanho do terreno contaram negativamente para a escolha. O distrito de Santa Luzia, conforme mostra a ilustração 01, está mais próximo da RDM que Mapele e também há no terreno que estava em disponibilidade em Santa Luzia uma tubovia da Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, o que ensejaria também uma distancia de 20 metros, equidistante da tubovia, como área de servidão. O terreno na localidade de Cova da Gia, embora atendesse ao critério distância da SIBRA, está fora das comunidades abrigadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta, a saber, Mapele , Cotegipe e Santa Luzia, e por este motivo estaria já em desvantagens dos demais. Optou-se pela construção em Mapele, pelos motivos anteriormente citados. A grande problemática que gerou nesta escolha foi que a comunidade não foi ouvida, não participou do processo e isso gerou toda uma série de questionamentos por parte das três comunidades envolvidas. Ora por causa do uso do campo de futebol da comunidade, ora por receio que o deslocamento de famílias para o condomínio em Mapele pudesse provocar um esvaziamento das comunidades menores (Santa Luzia e Cotegipe) ou mesmo por não aceitar que o projeto fosse concentrado em uma só área. O fato gerou uma revisão dos planos construtivos da Fundação Crê, que, por entender como factível e justa a colocação das comunidades de Santa Luzia e Cotegipe e



também atendendo a uma solicitação da Gerência de Meio Ambiente da Rio Doce Manganês – RDM , resolveu na 4ª e última etapa construir 25 casas no distrito de Cotegipe e com outras 25 no distrito de Santa Luzia. Desta forma o cumprimento final do Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido em final de 2005 e a inauguração do condomínio com as 150 casas foi em 16 de fevereiro de 2006. As casas em Santa Luzia já foram entregues, e as de Cotegipe encontram-se embargadas por ação judicial da CHESF, que entendeu como invasão de propriedade a construção em um terreno abandonado por mais de 30 anos e contíguo à comunidade de Cotegipe. A pendência ainda permanece no primeiro trimestre de 2007.

- **PROJETO CASA MODELO** – Responsáveis – Equipe Fundação Crê e arquitetos escolhidos por concurso. Em parceria com a Bahia Gás criou-se um concurso de projetos de designer de interiores. A banca examinadora foi composta de professores de arquitetura da Universidade Federal da Bahia e Universidade do Salvador, representantes da Escola Baiana de Arte e Decoração e representantes da Associação Brasileira de Designer de Interiores. O objetivo era selecionar um projeto no valor de até R\$2.000,00 (dois mil reais) que contemplasse móveis, artefatos de decoração e ambientação de uma unidade habitacional do Projeto Construir I, primando pelo uso de materiais ambientalmente mais corretos, reuso de materiais como garrafas, jornais, papelão e outros, e que toda a decoração da casa pudesse ser reproduzida pelos moradores. Com isso, o projeto buscou aliar o aumento da auto-estima do morador e valorização do imóvel recebido. No total foram recebidos 17 projetos, inclusive dois de fora do estado da Bahia, sendo três projetos premiados. A comissão julgadora, devido ao alto nível apresentado nos projetos deliberou por três menções honrosas. Previa-se a execução de apenas 01 (um) projeto, mas com os arquitetos selecionados no segundo lugar ofereceram à Fundação a

gratuidade da mão de obra e honorários destes, possibilitando assim a execução em mais uma unidade habitacional. Início em Agosto de 2003, concluído em Setembro de 2004.

- **PROJETO INCUBADORA DE ARRANJOS PRODUTIVOS** – Responsáveis – Equipe Fundação Crê, ITCP/UNEB e PANGEA – Este projeto está inserido no PROJETO SER como a vertente de geração de renda, apoiado nas conclusões da Matriz de Negócios apontados no Diagnóstico Sócio Econômico Ambiental e também nos resultados obtidos no projeto Construir I (720 capacitações em construção civil). Esta incubadora de cooperativas terá como missão gerar emprego e renda para a comunidade alvo. Engloba os arranjos produtivos: cooperativa de construção civil, associação de plantação de flores, marcenaria e casa de costura. Este projeto contou com parceria da ITCP / UNEB e o PANGEA na fase de elaboração e após 06 meses com a capacitação para associativismo e cooperativismo de membros das primeiras 49 famílias selecionadas. Com 03 (três) anos de execução, o projeto já conta como resultado como a formação da Cooperativa de Prestação de Serviços e Trabalho de Simões Filho - COOSETRAS, com 30 integrantes provenientes das famílias selecionadas no projeto Construir I e também do Curso de Qualificação promovido pela UNEB neste mesmo projeto. Esta cooperativa foi integrada as etapas II, III e IV sendo responsável pela construção de 42 unidades habitacionais do condomínio, o que representa um percentual de 21 % (vinte e um por cento das unidades construídas). Também foi possível a formação da Associação de Produção e Prestação de Serviços de Simões Filho – APPS, com a participação de 25 mulheres oriundas também das famílias do projeto construir I. Esta associação é responsável pelo plantio, coleta, confecção de arranjos e comercialização das flores plantadas em 01 (hum) hectare de terra e irrigadas pelo projeto em parceria com o Superintendência de Recursos Hídricos - SRH. Estes projeto é apoiado pela BOSCH, conforme descrição no item parceiros institucionais.

O IAP abriga também as iniciativas da marcenaria 2R (reuso e reciclagem), casa de costura e arranjo floral com atitude social.

Início em 2004 e ainda em andamento.

- **PROJETO MARCENARIA 2R** – Responsáveis – Equipe Fundação Crê. Como desdobramento do Projeto de Incubadora de Arranjos Produtivos, objetiva a aprendizagem de 20 jovens entre 16 e 20 anos de idade na área de marcenaria, focalizando atividades relacionadas à construção civil. Este projeto atualmente atende 15 jovens da comunidade beneficiária das 200 famílias e também da comunidade do entorno. As atividades atuais estão relacionadas ao corte e assentamento de portas e janelas das 200 unidades habitacionais, porém com expectativa de confecção de móveis (armários, camas, mesas, cadeiras e etc.) até o final de 2005. Início em Abril de 2005, está suspenso por falta de recursos desde de dezembro de 2006.
- **PROJETO CASA DE COSTURA** – Responsáveis – Equipe Fundação Crê – Também um desdobramento do Projeto de Incubadora de Arranjos Produtivos, este projeto monta uma escola de corte e costura semi - profissional, para as mulheres da comunidade, entendendo que estas têm uma oportunidade de trabalho mais precarizado, e por isso a fundação reforça as oportunidades do trabalho feminino. São 20 mulheres selecionadas entre as 200 famílias beneficiárias que foram assistidas com uma bolsa de R\$ 50,00/mês, enquanto adquiriam conhecimentos da área, em particular, da confecção de almofadas e artigos de cama, mesa e enxoval de recém nascidos. No momento estão confeccionando fardamentos, sendo a primeira encomenda da BOSCH, também apoiadora do projeto.
- **PROJETO ARRANJO FLORAL COM ATITUDE SOCIAL** – Responsáveis – Equipe Fundação CRÊ, técnicos da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) e 02

professores da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Utilizando o efluente do esgotamento sanitário das primeiras 50 unidades, (ver Projeto Eco-Saneamento para detalhes), foi plantado um hectare de flores tropicais (helicônias) além de palmeiras, murtas e outras variedades de folhagens, com objetivo de aproveitamento do efluente e geração de renda para a associação local. Esta associação é resultante do Projeto Incubadora de Arranjos Produtivos e têm 20 associadas. O objetivo é fornecer arranjos florais para as empresas do entorno, igrejas, festas de casamento, aniversários e outros, com preços compatíveis e gerar renda para as associadas participantes do projeto, com atividades desde plantação até a comercialização final do produto. Início em Outubro de 2004 e em andamento.

- **PROJETOS DE ECO-SANEAMENTO** – o princípio dos projetos de eco-sanamento é garantir o retorno aos corpos de água a menor quantidade de material orgânico, podendo desta forma contribuir para eficiência energia e aproveitamento da água. O primeiro sistema implantado foi um sistema de Digestor Anaeróbico – DAFA seguido de uma estrutura com brita, areia e plantas denominada “WET LAND”, que significa terra molhada. O esgoto bruto é tratado em um sistema de filtração, inclusive utilizando plantas e seu efluente é utilizado em um sistema de irrigação de flores. Atualmente esse sistema responde pelo tratamento de 85 unidades e o Complexo Aratu, prédio que abriga a sede da Fundação Crê. As outras 65 casas do condomínio são ligadas a um outro sistema de filtro ecológico, que possui estrutura semelhante ao descrito anteriormente, e do qual se pretende utilizar o efluente para cultivar grama em tapete, com reversão da renda para as famílias.

O terceiro projeto ligado a esgotamento sanitário e aproveitamento de água está sendo desenvolvido em 10 casas, com um sistema de calhas para aproveitamento de água de

chuva na lavanderia, a água utilizada da pia do banheiro, pia da cozinha e lavanderia, após filtragem retornando à caixa de descarga do banheiro e o efluente do esgotamento sanitário será utilizado para o cultivo de forrageiras, em um sistema hidropônico, destinada à alimentação de bovinos. O produto (leite) será dividido entre as famílias destas 10 casas.

Outros projetos foram desenvolvidos que não tiveram ou não têm relação direta com o Projeto SER, mas compõe o portfólio de projetos da Fundação Crê :

- **PROJETO PESCANDO** – Responsável – Ademário Ribeiro (Fundação Aruanã) – Trabalho com jovens das comunidades de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia tendo como resultado final a apresentação da peça teatral “NA REDE DA TEIA”, tendo como tema os perigos da pesca com bomba e degradação ambiental. Os conteúdos trabalhados foram desde educação ambiental, artes cênicas, iluminação, cenários até montagens de espetáculos e outros, despertando na comunidade além da conscientização do problema , a vocação teatral de alguns participantes. Início em Agosto de 2001, concluído em setembro de 2002.
- **PROJETO FÓRUM INTERNACIONAL AMBIENTAL** – Responsáveis – Equipe Fundação Crê – Evento com a participação de aproximadamente 600 pessoas que reuniu em Costa do Saúpe de 05 a 08 de Dezembro de 2001, atores das mais diversas formações (juristas, ambientalistas, dirigentes de ONGS, professores e alunos universitários, dirigentes sindicais, engenheiros, prefeitos e etc.) comprometidos com a questão ambiental. O encontro contou com a realização de 05 (cinco) conferências, 10 (dez) painéis, apresentação de 22 (vinte e dois) cases das mais diversas atividades ambientais e 04 cursos de curta duração. Início em março de 2002, concluído em dezembro de 2002.

Atento ao caráter de extrema pobreza da região que se propõe a trabalhar e também aos altos índices de degradação ambiental e suas conseqüências diretas sobre a organização social e o padrão de vida das comunidades, o Projeto SER amplia o seu raio de ação para além da entrega de uma moradia digna, mas entende este espaço como também de trabalho e porque não de lazer, resgatando assim a dignidade humana e devolvendo à cidadania a quem já não a entende, pois se preocupa única e exclusivamente com a sobrevivência.

O Projeto SER, então, é um empreendimento social na medida em que mobiliza e organiza a população-objeto a uma ação coletiva e transformadora. Acredita no potencial humano e na sua capacidade de redefinir sua visão de mundo através da construção de projetos que alterem a direção da trajetória em curso. A ação transformadora se concretiza através da atividade permanente de aprendizagem e das possibilidades de incorporação de uma nova dinâmica de mudança. Reconhece que o estágio de deterioração ambiental e suas conseqüências diretas sobre a organização social e o padrão de vida das comunidades e pressupõem uma estratégia de intervenção que amplie o raio de ação uma vez que, a superação da pobreza, implica necessariamente na utilização de uma multiplicidade de instrumentos.

### **3.7. COMUNIDADE BENEFICIÁRIA DO PROJETO**

Utilizamos para compor o quadro da comunidade beneficiária duas fontes: o relatório do projeto chamado Diagnóstico Sócio Econômico e Ambiental – **DSE** e também os dados primários coletados no questionário aplicado para esta pesquisa.

O DSE revelou que além da ação poluidora, as comunidades dispõem precariamente dos serviços sociais básicos e estão submetidas a um estado de isolamento e pobreza comparado às mais pobres do Brasil. (SATURNINO e PAIVA, 2001). Deste estudo, também apuramos que as características sócio-demográficas da população se enquadram no padrão geral de comunidades suburbanas - periféricas oriundas em sua maioria de sociedades rurais, detentoras de um baixo nível de instrução e qualificação, marcada pelo emprego informal ou desemprego e, em consequência, possuidora de níveis de renda e qualidade de vida abaixo da linha de pobreza.

Elencamos como fatores relevantes para esta caracterização desta comunidade, o grau de instrução, saúde e ocupação da comunidade.

Em relação ao grau de instrução, o DSE avalia ainda que o perfil de instrução não difere do padrão histórico de comunidades com as mesmas características. Embora a taxa de analfabetismo seja considerada alta, podemos observar que não ultrapassa os limites da existente no Estado. Além disso, a totalidade da população em idade escolar frequenta a escola, o que pode indicar uma trajetória de mudança a médio prazo da taxa de analfabetismo.

Apesar das diferenças bastante expressivas entre os diversos graus e a inexpressiva participação do nível médio, padrão este observado não apenas no Estado como no país, existe uma evidente transformação no sistema escolar, principalmente, no que se refere ao

pré-escolar, cuja incidência, comparando com a faixa etária correspondente, já é bastante significativa.

Podemos confirmar com os resultados dos dados primários da pesquisa, que esta situação pouco se alterou, tendo em vista que o índice de analfabetos está em 8,4% dos entrevistados, enquanto o nível médio ocupa 3,3%. Verifica-se que há um atraso quando se relaciona a idade com o nível do curso. Este fenômeno, provavelmente, pode estar na origem da alta incidência de pessoas com o curso fundamental incompleto conforme aponta o resultado de 21,8% de entrevistados.

Ressaltamos que os distritos de Mapele, Cotegipe e Santa Luzia, guardam aproximadamente 06 (seis) quilômetros de distância da sede do município e o atendimento ao ensino médio é feito em Simões Filho. O transporte para os jovens e crianças que cursam o segundo grau é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Simões Filho e o roteiro tem saída e retorno somente para Mapele. Os distritos possuem como estrutura de atendimento escolar de três creches (uma em cada comunidade) e cinco escolas (três em Mapele, uma em Santa Luzia e uma em Cotegipe) municipais de ensino fundamental. Também não existe na região Centro de cultura, biblioteca, cinema ou outras formas de lazer, o que compromete seriamente a formação da criança e do jovem da região, que encontra nas drogas e na violência um abrigo para suas desesperanças.

Em relação ao quesito saúde, observamos que os distritos têm para atendimento de cerca de 1.500 famílias, apenas um posto de saúde (em Mapele). Este posto de saúde tem uma atuação maior na área curativa, tendo em vista a dificuldade dos profissionais de atuarem de forma preventiva em uma área empobrecida e com moradores de baixa escolaridade. A saúde é a expressão do quadro econômico, social e ambiental e, de fato, se constitui em um componente de avaliação complexa. O DSE aponta que as doenças oriundas da poluição



atingiram quase três quartos da população. As denominadas doenças naturais são uma expressão do meio ambiente e da pobreza. Quase 60,0% foram acometidos pela dengue. As doenças do aparelho circulatório têm uma alta incidência como, também, as infecciosas e parasitárias e as de origem endócrinas e metabólicas. Trata-se de um quadro típico de uma comunidade desprovida dos meios de prevenção além de estar submetida, permanentemente, à situação de risco. Podemos também verificar que das comunidades pesquisadas para o levantamento dos dados primários, apenas a de Cotegipe relaciona as doenças do trato respiratório com a proximidade da indústria siderúrgica RDM. Inferimos que por esta comunidade ser a mais próxima das instalações industriais, os efeitos da poluição, principalmente a emissão aérea particulada (poeira), são mais sentidos que nas outras comunidades.

Para avaliarmos o quesito ocupação da comunidade, o DSE aponta que as comunidades têm uma população em idade ativa acima de 60,0%, todavia, mais de 40,0% desta população não tem acesso a nenhum tipo de renda, estabelecendo-se assim uma relação de dependência de 01 para 0,53, o que equivale a 1 pessoa potencialmente produtiva para 0,53 pessoa dependente.

Nos dados primários encontramos que 67,9% estão ativos economicamente (entre 15 a 65 anos), no entanto, a ocupação mais freqüente ainda é “biscateiro”, sendo que 43,2% não trabalham com carteira assinada. O “biscate”, como atividade produtiva, assume as mais variadas formas e é uma alternativa associada a pessoas com baixo grau de instrução.

Os empregados geram uma renda média por família em torno de 1,5 salários mínimos, correspondendo a menos de US\$ 1.00 per capita / dia. Em relação à utilização desta renda, 70,0% é consumida com alimentação.

A população empregada é, predominantemente, do sexo masculino e a atividade mais importante em termos de pessoas ocupadas está ligada ao trabalho informal. Nesta atividade, embora os homens sejam maioria, as mulheres também têm uma participação expressiva. Não há referência explícita à participação da comunidade no complexo industrial localizado no seu entorno. Mesmo aqueles qualificados como operários da indústria, uma grande parte deles está vinculada aos serviços auxiliares e administrativos.

A aposentadoria/pensão vêm se constituindo para grande parte da população pobre, no único meio de sobrevivência. Segundo o DSE quase 20,0% da renda gerada na comunidade é oriunda de aposentadoria/pensão. O seu valor está, predominantemente, na faixa do salário mínimo. A habitação como espaço de sobrevivência é, sem dúvida, um dos grandes problemas da comunidade. Seja decorrente das próprias condições estruturais da habitação em si, como do sistema de saneamento básico existente.

### **3.8. PARCEIROS INSTITUCIONAIS**

Embora o Projeto Social Empreendimento Responsável – SER, já tivesse a previsão financeira prevista no acordo, este valor cobria apenas os gastos com material de construção das casas, orçado em aproximadamente R\$7.000,00 (sete mil reais) por unidade. Este orçamento não contemplava o gasto com projeto urbanístico, topografia, mão de obra e nem os gastos com a parte social, a saber, a estrutura para seleção de famílias, oficinas, e outras atividades. Principalmente no que se refere ao pagamento da mão de obra utilizada para edificar as casas, o acordo é omissivo e poderia ter sido o fator principal do insucesso de todo projeto. A Diretoria Executiva da Fundação então, ciente destas dificuldades estruturais, buscou parceiros institucionais para complementar o orçamento do Projeto.

Era necessário buscar dentro do cenário baiano quais instituições, profissionais e estudiosos do problema habitacional, mas alinhado com a temática ambiental estavam disponíveis a colaborar com o projeto SER. A chegada até a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER foi o caminho natural, pois nesta instituição estão ligados muitos dos projetos de excelência da área da habitação do estado da Bahia. Inclusive, à época da negociação do TAC, foi solicitado pelo Ministério Público, que um técnico da CONDER fornecesse as planilhas de custos da construção das casas, que serviram de base para formular o valor financeiro do TAC.

Foram feitas algumas reuniões com o Ministério Público, Conder, Ufba, Instituto de Arquitetos e Engenheiros da Bahia, Centro de Recursos Ambientais – CRA e a recém criada Fundação Crê para determinar qual a forma da construção das casas seria executada no projeto SER. Em uma dessas reuniões foi apresentado o Projeto “*Aprendendo e Construindo*”.

O projeto “Aprendendo e Construindo” conta com a parceria da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, representada pelo grupo THABA, formado de profissionais advindos do extinto Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia – CEPED, a Secretaria de Trabalho do Governo do Estado da Bahia – SETRAS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (federal) O projeto é um programa integrado de aprendizagem das funções básicas da construção civil (pedreiro, pintor, marceneiro e encanador) que conjuga aulas teóricas com aulas práticas, tendo como resultado final unidades habitacionais prontas. Constitui-se, portanto em uma alternativa adequada e inovadora de geração de trabalho e renda, promovendo ao seu final a construção de moradias populares.

Destaca-se que este projeto já foi executado em 12 municípios baianos, sendo Simões Filho o 13º município contemplado, porém com uma diferença estrutural. Nos municípios

anteriores, as famílias eram selecionadas de acordo com a capacidade de pagamento destas, uma vez que o material de construção era comprado com recursos de um empréstimo viabilizado junto à Caixa Econômica Federal. O projeto aplicado em Simões Filho foi planejado e executado em conjunto com a Fundação Crê que com os recursos do TAC, permitiu a doação das casas, sem nenhum custo financeiro para as famílias selecionadas.

Outro parceiro importante é a BOSCH do Brasil, unidade de Aratu. As atividades da Fundação Crê não deveriam se limitar apenas à construção de casas, era preciso aliar o conhecimento produzido na construção das casas com atividades geradoras de renda para a comunidade. Neste sentido, a fundação iniciou em 2004 o desenvolvimento do projeto Incubadora de Arranjos Produtivos – IAP, cujo objetivo principal é a constituição, manutenção, mobilização e materialização de Arranjos Produtivos Locais, respeitando as vocações da comunidade beneficiária, como também aproveitando as oportunidades locais para atividades de associativismo e economia solidária, com fulcro de geração de ocupação e renda.

A Bosch tem apoiado estas iniciativas desde 2004, e em 2007/2008 a Fundação deve ter apoio para outros dois projetos: Projeto Crescendo que trabalha a educação utilizando a arte, nas formas de dança, teatro, capoeira e música e o Projeto Ama e Cuida, onde serão selecionadas 20 mulheres da comunidade que após treinamento adequado poderão “cuidar” dos filhos das suas vizinhas, possibilitando que estas possam trabalhar.

Ainda que essas iniciativas de apoio sejam pequenas face ao lucro obtido por estas empresas, considerando que só em 2004 o Grupo Bosch vendeu mais de 4,3 bilhões de reais, e apoiou a fundação em um valor que corresponderia a centésimos percentuais desse valor, sem este a fundação não teria condições de executar o projeto IAP.

Outro parceiro que atuou de forma destacada com a Fundação Crê foi a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH. Criada em 1995 é o órgão gestor dos recursos hídricos no Estado da Bahia. Atuando em conformidade com a Política Estadual de Recursos Hídricos e sob orientação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a SRH procura contemplar um direcionamento amplo, racional e eficaz para utilização da água no Estado.

No momento da outorga de concessão de água e esgotamento sanitário para as 50 primeiras unidades habitacionais do Projeto Construir I, foi verificado junto àquela Superintendência não era possível a disposição do resíduo gerado no córrego local, pois devido ao caráter intermitente do mesmo, poderia transformar-se em uma fonte de contaminação.

Então, do problema, surgiu uma oportunidade de parceria, em um projeto de irrigação, utilizando o resíduo do esgotamento sanitário, entre o SRH (apoio técnico – institucional), Banco Mundial (recursos), Universidade Federal da Bahia (apoio técnico) e da Fundação Crê (apoio administrativo – operacional). O convênio foi firmado em 2004 vigorou até final de 2005. Como a irrigação não poderia ser de plantas comestíveis, por limitações técnicas, foram plantadas flores tropicais que fomentou a criação de uma associação entre as mulheres do condomínio Crê-SER, parte do projeto IAP.

Também atuando em parceria, a Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás apoiou o Projeto Casa Modelo, um concurso entre arquitetos, designer de interiores e estudantes de designer e arquitetura com objetivo de mobiliar e decorar uma unidade habitacional do Condomínio Crê-SER, com objetos e móveis, utilizando idéias de aproveitamento de materiais, conforto térmico e caráter de reprodutibilidade pela comunidade beneficiária.

A Bahiagás foi criada em fevereiro de 1991 e iniciou suas operações em agosto de 1994. Desde então, é responsável pela distribuição de Gás Natural canalizado em toda a Bahia, tendo uma concessão para atuar neste estado por 50 anos.

O importante é que embora frágil e sujeito a mudanças repentinas, os recursos das empresas privadas são fundamentais para as organizações do Terceiro Setor. Desarte a precariedade dos recursos destinados à área social, em particular por tais empresas, estes são disputados por inúmeras organizações não governamentais, como forma de sobrevivência dos projetos e das próprias organizações. No caso particular da Fundação Crê, tais recursos tem se mostrado imprescindíveis, pois a fundação não possui instituidor particular e para sua perpetuação dependerá da sua capacidade de articulação entre parceiros, indistintos se da esfera governamental ou particular.

Faz parte do planejamento estratégico da Fundação Crê, além de consolidar as parcerias já existentes, a constituir novas parceiros como a Caixa Econômica Federal nos Programas PSH e Habitar Brasil, com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES (antiga SECOMP) com objetivo de fortalecer as atividades de geração de ocupação e renda, além de empresas do Centro Industrial Aratu – CIA e Pólo Petroquímico de Camaçari.

As parcerias firmadas e futuras indicam que os propósitos da Fundação Crê se ampliam para além dos determinados na sua gênese, e apontam para um caminho de perpetuação e crescimento da própria Fundação.

#### 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Visando responder os objetivos propostos nesta pesquisa, foram analisados alguns aspectos que consideramos relevantes, a saber: aspectos de percepção comunitária da fundação através dos seus dirigentes, forma de gestão e conhecimento sobre o projeto. As alterações no padrão de vida da comunidade foram verificados a ocupação da comunidade antes e após a execução do Projeto SER, mudança no padrão habitacional e aspectos de acesso a serviços públicos e alteração das condições de saúde comunitária. Além desses, outro aspecto considerado como importante foi a opinião dos entrevistados sobre a forma de compensação aplicada. Para esta análise, utilizamos tantos os resultados obtidos com os questionários dos dados primários, os do DSE e as entrevistas realizadas.

- **Percepção da comunidade sobre a Fundação Crê.**

Observamos que a forma como a fundação é percebida atores sociais pelos pesquisados é bem divergente da forma como é percebida pelos dirigentes e funcionários da fundação. Primeiro há uma grande confusão de papéis gerada pela própria gênese da fundação. Como não foi emanada de um desejo comunitário e nem tão pouco criada ou gerenciada por pessoas provenientes da comunidade atingida, a fundação é percebida pela comunidade como externa a essa e muitas vezes distante da mesma. Já os funcionários e dirigentes da fundação, a vêem como uma executora de projetos, independente do poder público, porém necessitada de recursos para gestão dos atuais e novos projetos.

Para a maioria da comunidade os dirigentes da fundação, são confundidos com o Ministério Público, sendo que 29,8% creditam a este órgão a administração da fundação. Inferimos que pela relação embrionária do Ministério Público com a fundação e também a participação ativa do agente do MP nos projetos, a confusão é mais que justificada.

Na escritura da Fundação encontramos que o MP é membro permanente do Conselho de Administração com indicação de representante a cada 04 (quatro) anos. Na coleta de dados primários, há uma pergunta sobre a avaliação dos dirigentes da Fundação e os percentuais são de 29,8% para ÓTIMO, 29,8% para BOM e apenas 4,3% para PÉSSIMO.

- **Forma de gestão da Fundação Crê.**

Quanto à forma de gestão da fundação, 83% apontam como centralizadora/autoritária. Podemos deduzir que além de perceber a fundação como sendo gerida por um órgão da administração estadual (Ministério Público), essa administração é feita sem a participação da comunidade, problema que já havíamos identificado anteriormente à pesquisa, pois já na análise da escritura de constituição da fundação percebemos a ausência do representante das comunidades. Isso certamente causa problemas de legitimidade e aproximação da comunidade com a gestão da fundação. Quando questionados sobre os contatos com os dirigentes da fundação, 61,7% dos entrevistados já mantiveram algum contato e destes 23,4% os consideraram como BOM.

- **Conhecimento do Projeto SER.**

Avaliando o aspecto do conhecimento do projeto, o percentual de desconhecimento sobre o projeto/fundação ainda é expressivo com valores semelhantes nas duas fontes consultadas (DSE e dados primários), ressaltando que o lapso temporal é de 04 (quatro) anos entre um estudo e outro, sendo neste período executado o projeto. Nos dados primários, a pergunta no 30 refere-se especificamente ao projeto SER e 40,4% conhece em parte e 19,1% ouviu falar, mas não sabe muito. Ou seja, respostas acima de 60% foram de desconhecimento parcial ou total do Projeto/ Fundação, sendo que apenas 12,8% afirmam conhecer bastante o projeto/fundação. O percentual dos que não tem nenhuma informação ou não responderam



somam 27.6%. Entre os que conhecem o projeto/fundação, foi questionado quais projetos participaram, sendo que 53,2 % responderam que conhecem / participaram dos projetos Construir I, II, III e IV – construção das casas .

Observa-se que a atividade de construção civil é a mais reconhecida. Há pouca ou nenhuma referência aos outros projetos da fundação. Atribui-se ao fato de que nos primeiros 04 (quatro) anos de existência da fundação, os esforços organizacionais tenham sido voltados para a construção das casas, objetivo primal do TAC e da existência da fundação.

- **Ocupação da comunidade antes e após a execução do Projeto SER**

Embora engendrados em paralelo com a construção, as atividades de geração de renda (cooperativa de construção civil, associação de mulheres para cultivo de plantas ornamentais, marcenaria e casa de costura) mais serviram de apoio e suporte a construção do que projetos paralelos e independentes. Essa afirmação fundamenta-se no fato de que após a entrega das casas, estes arranjos produtivos encontram-se desarticulados, necessitando de reformulação de objetivos e captação de novos parceiros. Uma observação pertinente à percepção da fundação, é que a comunidade aponta como parceiros da fundação a BOSCH, RDM e Prefeitura de Simões Filho, que realmente colaboram ou colaboraram com os projetos da fundação.

Podemos observar na tabela 01 abaixo, que há pouca mobilidade nas atividades da comunidade, sendo que a ocupação “biscateiro” ainda representa o maior percentual encontrado. Notamos que as atividades de operário da indústria e comerciante tiveram uma ascensão enquanto decresceram as funções de empregado doméstico e outros. Quando cruzamos dos dados das fontes consultadas (DSE e dados primários) apenas 25% que declaram estar desempregados em 2002 encontram-se trabalhando em 2006. O número de

meses desempregado ainda é alto, sendo que os dados primários coletados apontam 38,3% desempregados há 12 meses ou mais e no DSE o mesmo resultado é 45,7%.

<b>Tipo de atividade</b>	<b>DSE</b>	<b>Dados primários</b>
1. Biscateiro	23,5%	14,8%
2. Outros	14,8%	8,6%
3. Empregado doméstico	8,6%	6,2%
4. Pescador/marisqueiro	7,4%	-
5. Operário da indústria	6,2%	8,6%
6. Comerciante	3,7%	7,4%
7. Operário da construção civil	1,2%	6,2%

**Tabela 01 – Comparação entre tipo de atividade levantadas nos questionários A e B**

- **Mudança no padrão habitacional**

Observamos neste aspecto, alteração do padrão das condições de habitação da comunidade, uma mudança positiva, como podemos confirmar nas respostas do questionário desta pesquisa e também na fala do entrevistado “B”: “Antes a gente não tinha expectativa de nada, agora com esse projeto tenho minha casa, Eu morava aqui, mas minha casa era de lona, na invasão, nunca sonhei em ter a casa que tenho agora”. Compartilha da mesma opinião o entrevistado C : “A minha expectativa de vida hoje é totalmente diferente, porque não tinha uma pavimentação, rede de esgoto na minha outra moradia não tinha, era péssima, eu usava precariamente por que não tinha.”

As casas do projeto SER são feitas com tijolos de argila convencional e cimento. A tipologia das casas existentes em Mapele e região, antes do projeto SER, seguem o padrão das grandes periferias urbanas: adobe, material plástico, papelão e outros. Não só esse tipo de casa existe na região, também há algumas casas de tijolos na comunidade. Porém estas casas não foram construídas por profissionais especializados da construção civil (engenheiro civil,

arquiteto e outros), sendo na maioria feita por práticos ou pedreiros de baixa especialização. Estas casas, comumente, apresentam rachaduras e trincamentos. Também não tem revestimento externo e interno, o que deteriora o material das paredes, além de contribuir para um aspecto visual de impacto negativo.

Na comparação visual entre as casas do condomínio e de Mapele e adjacências (ilustrações 02, 03, 04 e 05) é percebido uma diferenciação entre as condições de habitação das famílias pertencentes ao projeto e as não beneficiadas. Apesar de haver uma preocupação da direção da fundação em não isolar o condomínio do seu entorno, não criando uma “ilha” ou uma “elite” no meio de um “mar de pobreza”, é quase impossível passar despercebido o contraste inequívoco entre as duas situações habitacionais.



**Figura 2 - Condições de habitação de família selecionada para o projeto SER**



**Figura 3 - Condições de habitação de família selecionada para o projeto SER**



**Figura 4 - Vista de uma das ruas do Condomínio CRE- SER**



**Figura 5 - Vista geral do condomínio CRE-SER**

- **Acesso aos serviços públicos**

Relacionado ao acesso a serviços públicos, a comunidade de Mapele já dispunha de sistema de abastecimento de água e energia elétrica, porém a forma de captação dos serviços (água e energia) era informal, ou seja, sem pagamento às concessionárias oficiais. Segundo Ester Fonseca, colaboradora da Fundação, as famílias que passaram a ter esta despesa pelos serviços de água e luz, estão em sério desequilíbrio financeiro, pois as mesmas continuam sem uma estratégia de sobrevivência que garanta uma renda mensal fixa. Como consequência, tem crescido o número de inadimplentes com as concessionárias destes serviços, negativamente o crédito destes e interrompendo o funcionamento dos serviços.

Já o acesso ao esgotamento sanitário foi uma conquista da fundação para a comunidade, pois não existe rede formal em nenhuma das comunidades alvo. O esgotamento proposto para o condomínio é uma concepção alternativa, conforme descrito anteriormente no Projetos de Eco-saneamento.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Descrição dos projetos da Fundação Crê, capítulo 03.

O uso de tecnologias mais limpas, consistentes com proteção ao meio ambiente, e geração de renda (plantação de flores, grama em tapete e segurança alimentar) é uma tendência a ser seguida pela Fundação Crê em seus projetos vindouros.

- **Condições de saúde da comunidade**

A esses benefícios (proteção ambiental e geração de renda) tem sido observada uma melhora no quadro das doenças ligadas a falta de esgotamento sanitário como as verminoses, diarréias, doenças da pele e outras. As doenças mais apontadas pela comunidade, no questionário dos dados primários, nos últimos seis meses, foram “cansaço”, “falta de ar” e dengue, sendo que as duas primeiras ainda ligadas a problemas de poluição. Na fala do entrevistado “C” encontramos que : “A saúde da minha família mudou porque o ar é mais diferente que de lá do bairro que morava, lá no Alto de Coutos, eu morava perto da maré de Coutos, perto do esgoto, que era muito alto, assim de noite minha neta cansava e agora ela parou de cansar. E aqui ta melhor, mais limpo mais cuidado, ta tudo bom.”

- **Forma de Compensação Aplicada**

Em relação à forma de compensação as opiniões também divergem entre beneficiários e colaboradores da fundação. O entrevistado “B” afirma que: “Eu vejo da forma que está uma forma muito especial. Eu enxergo, eu vejo da forma que está. As famílias de Mapele poderiam receber benefícios e não ter resultados. Poderiam receber até mesmo um dinheiro e gastar amanhã ou “a depois” e não ver o resultado, e eu vejo o projeto da forma que foi colocado com resultados. Porque é um projeto em que foi investido para que as pessoas que não tivessem moradia, as pessoas que estavam em situações críticas ter uma forma de ser acolhidas. Estar debaixo de um teto. E nós podemos observar que as pessoas quando elas estão acostumadas a receber uma cesta básica, é um benefício bem verdade, mas ela gasta e não ver resultado no outro ano. Quando ela pega um dinheiro, até mesmo para a sua própria

família é um resultado que se resolve ali, naquele momento”. Para os entrevistados “D” e “E” a opinião é semelhante. Diz o entrevistado “D”: “Talvez a criação da fundação tenha sido uma boa idéia, não acho que tenha sido uma idéia má não, eu acho o objeto, o fim que a fundação foi criada, a construção das casas, eu acho que não atingiu o que era visado que era compensar. A Sibra dispensou esse valor, investiu, construiu as casas, e só, somente isso. Não sei como andam as outras questões de instalação de filtros, lá na fábrica para diminuir a poluição. Mas eu acredito sinceramente, que o fato de construir não foi a idéia melhor. Meu acho que deveria ter sido investido de outra forma: saúde, educação, lazer, outros investimentos.”. O entrevistado “E” afirma que : “ter a casa a pessoa acomoda. Não quer mais fazer nada, quer que a fundação dê tudo, trabalho, casa, comida...eu acho que o projeto não devia ter sido construção de casas e sim de educação, sendo bem clichê, ensinar a pescar e não ficar dando o peixe.” Assim não chegamos a um consenso em relação ao aspecto compensação, sendo no entanto bem aceita pelas famílias beneficiadas.

Outros aspectos foram observados na conclusão da pesquisa, contando aqui somente com as observações da autora, pois já havíamos sido concluídas as entrevistas e questionários. Em junho de 2006, também após a entrega das 150 unidades do condomínio em Mapele, a fundação mudou sua sede para o prédio central do condomínio. Essa mudança certamente provocará alterações, principalmente no que se refere à aproximação da comunidade com a direção da fundação. A proximidade física da comunidade-fundação poderá gerar novos conflitos, mas certamente outros elos serão formados. Na opinião do Professor João Saturnino, essa mudança seria “ruim e passível de contaminação dos objetivos do projeto (busca de independência financeira e conquista da cidadania), tornado a relação fundação-comunidade cristalizada a um estágio de submissão e dependência”. Como a mudança é relativamente recente é prematuro fazer uma avaliação com mais profundidade.

## 5. CONCLUSÕES

Foram muitas as indagações que surgiram ao longo deste processo de pesquisa: os projetos socioambientais têm uma eficácia e eficiência adequada e condizente com o enfrentamento necessário da questão ambiental? Uma organização do Terceiro Setor é capaz de **articular de forma coerente** o Estado e o setor produtivo em prol de demandas da Sociedade Civil? É possível fazer compensação ambiental, com foco na melhoria das condições de vida dos atingidos ao invés da busca de soluções mais eficientes para sanar ou melhorar o fato gerador da compensação?

Estas questões direcionaram inicialmente a proposta da pesquisa e por causa e por estas inquietações a pergunta central deste estudo esteve em reformulação por boa parte do tempo de pesquisa. Como qualquer objeto de pesquisa, conforme Morin, ele é construído e reconstruído ao longo do processo de construção de conhecimento.

A escolha do estudo de caso da Fundação Crê, não foi aleatória. A este projeto foram dedicados os últimos 06 anos da minha profissional. A minha formação de engenheira química e a experiência de 07 anos na área de RH de empresa varejista, **não me preparou para um desafio com o grau de complexidade encontrada na Fundação Crê**. Amadurecer neste processo foi tarefa árdua e os resultados foram frutos de um longo processo de diálogo e de construção de conhecimento com a minha orientadora, com as famílias beneficiadas, com os colegas da Fundação Crê com os colaboradores eventuais e em especial com João Saturnino (*in memorian*) que com sua verve sempre atenta e crítica me mostrou caminhos que a minha visão cartesiana de engenheira não conhecia.

Não diferente de outras comunidades periféricas,..... há uma carência muito grande



dos serviços básicos e pouca formação cidadã na comunidade estudada. O despertar para a consciência crítica dos problemas que os afligem ainda é distante, pois a premência da sobrevivência é maior. O horizonte destas pessoas não ultrapassa o dia a ser vivido. Por isso o engajamento em projetos sociais não assistencialistas é sempre determinado pelo que pode ser oferecido imediatamente, como bolsa auxílio, cesta básica e outros. A possibilidade de ganhos futuros não é atrativa e compromete o desenvolvimento de projetos de produção e geração de renda. Como testemunhei em várias oportunidades, as pessoas têm grande dificuldade em permanecer nestes projetos quando os resultados não são imediatos. Uma declaração que ouvi em uma reunião que discutia a formação da cooperativa de construção e associação de flores, revela muito bem o sentimento da maioria das famílias: *“Dra....em minha casa dá meio dia e na da senhora?”*.

A casa é sem dúvida muito importante, pois sem ter condições de moradia minimamente dignas é muito complicado embutir outros valores como cidadania, respeito ao meio ambiente e até ao outro ser humano. O problema é multifacetado então obviamente a solução não é nem simples e nem única. Considero que a forma de chegada da fundação na comunidade é que foi determinante para os resultados apresentados. A maioria das famílias residentes atualmente no projeto parecem não ter sentimento de pertencimento nem a fundação e nem ao projeto, pois não demandaram nem por um e nem pelo outro. Contribuem para o quadro encontrado, um histórico de sociedade colonizada, patriarcal, onde os programas de combate à pobreza têm notadamente o caráter assistencialista.

Não é difícil perceber nas entrelinhas das entrevistas certo conflito entre quem recebe o projeto e quem trabalha para executá-lo. O sentimento percebido nos funcionários/dirigentes da fundação é que esta se esforça ao limite, mas não alcança resultados esperados pela comunidade, que por sua vez demanda agora da fundação solução de quase todos os seus

problemas: renda, conflitos familiares, segurança, assistência médica e outros, mas pouco demonstra uma participação na busca de soluções conjuntas ou reclama maior participação nas decisões da fundação.

Avaliando o aspecto ambiental, pouco foi recuperado dos 38 anos da poluição emanada para a região. Há de se observar que o projeto não atraiu justamente as famílias que estão no entorno da fábrica, pois as mesmas não aceitaram o deslocamento para o condomínio CRÊ-SER sob as mais diversas alegações, sendo a principal que o espaço da casa nova e o terreno eram muito inferiores ao que estas famílias já habitavam, havendo casos onde o tempo de moradia é superior ao da instalação da fábrica. A mudança no padrão de emissão de poluentes da fábrica foi reduzida, porém garantido pelo TAC nas suas outras cláusulas. O aparecimento da Fundação Crê não garantiu maior conscientização da população sobre os efeitos da poluição sendo que os aspectos de melhoria de habitação foram os mais relevantes.

Ressaltamos que projeto / fundação possui características bastante interessantes nos aspectos de mobilização social e capacidade executiva de projetos com multiplicidade de atores. Um dos aspectos relevantes é a capacidade de articulação de parcerias com as esferas governamentais e particulares, mostrando que uma estrutura do Terceiro Setor, com as características reveladas por autores como Sheren-Warren, pode ser o elo entre tais esferas para execução de projetos sociais.

São inegáveis os resultados encontrados em apenas 06 anos de existência do projeto / fundação, dando outra expectativa à comunidade na qual atua, no entanto, o processo de conscientização e despertar comunitário é lento e cada comunidade possui seu tempo. Tempo esse que não é determinado na execução de um projeto muito menos na existência de uma ONG. Por outro lado, é importante estar atento ao compromisso assumido pelas empresas e pelo Estado.

Concluimos que projetos de natureza semelhante devem ser bastante discutidos com a comunidade e uma solução conjunta buscada antes da aplicação de um projeto que pode ser entendido como imposto aos anseios comunitários. Para tornar o aspecto ambiental relevante, acreditamos que o projeto deve conter mais elementos de recuperação ambiental, tais como replantio vegetal, recuperação de águas superficiais e subterrâneas, medidas de prevenção de contaminação do solo e principalmente a adoção de tecnologias mais limpas. Obviamente dar condições melhores de vida à população vítima da poluição foi e é relevante, mas não podemos deixar de constatar que o número de beneficiários é bem inferior aos atingidos pelo problema da poluição e os recursos aplicados insignificantes diante do lucro de uma companhia como a Vale do Rio Doce.

O processo de criação da Fundação Crê é relevante, mas a instituidora deveria ser a própria RDM, garantindo assim com recursos permanentes a manutenção do projeto não apenas por um período e sim pelo tempo que existir a própria fábrica. Não postulamos aqui pela permanência da fundação como simplesmente um apêndice da fábrica, que seria bastante contraproducente, mas que a responsabilidade social fosse praticada de fato, com ganhos para todos os envolvidos: a comunidade, o poder público e a empresa.

A Fundação Crê / Projeto SER foi além dos propósitos determinados pelo TAC, no entanto a própria formulação do TAC não tinha como prever os desdobramentos da questão a que se propunha a resolver, já que compensação ambiental, melhoria de qualidade de vida da população e melhorias ambientais são assuntos que extrapolam um documento ou ação isolada.

## REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Ricardo Barbosa. **O Brasil e o Direito Ambiental**. Disponível em < <http://www.ibps.com.br/index.asp?idmenu=brasildireitoambiental>>, capturado em 02/09/05.

ANDRADE, José Célio Silveira. Desenvolvimento Sustentado e Competitividade. Tipos de Estratégias Ambientais Empresariais. In **TECBAHIA Revista Tecnológica**, Camaçari, v.12, mai/ago. 1997.

BAHIA. Constituição Estadual. Título IV.da Organização dos Poderes.Capítulo IV.Das Funções Essenciais à Justiça. Seção I.DO MINISTÉRIO PÚBLICO.Arts 135 a 139.Disponível em < [http://www.mp.ba.gov.br/legislacao/CONSTITUICAO\\_ESTADUAL.doc](http://www.mp.ba.gov.br/legislacao/CONSTITUICAO_ESTADUAL.doc)>. Acesso em 14/07/05.

BAHIA. Lei Complementar Nº 11, De 18 De Janeiro De 1996. Disponível em <[http://www.mp.ba.gov.br/legislacao/Lei\\_Organica.doc](http://www.mp.ba.gov.br/legislacao/Lei_Organica.doc)>. Acesso em 14/07/05.

BARBOSA, M. N. L; OLIVEIRA, C. F.. **Manual de ONGS – Guia pratico de orientação**.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BARROSO, Carmem. **Metas de Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a04v34123.pdf> >, acesso em 01/08/05.

BENEDICTO, José Luis Luzón. **Erradicacion de la Pobreza y Desarrollo Sostenible**. In Desarrollo regional /Jose Luis Luzon Benedicto, Noelio Dantasle Spinola, coordenadores. Barcelona (Es) :Salvador, BA :Universidad de Barcelona ;UNIFACS ;Xarxa Tematica MEDAMERICA ,2001 .

BERTON, Paula Ernica. O Meio Ambiente e o caminho para as cidades sustentáveis. **CAR - Cadernos de Análise Regional – Volume 5 – Nº1 – Novembro de 2006**. Salvador: Universidade Salvador –UNIFACS, 2006.

BETTIOL, Vanderlei Rodrigo. **Benefícios da Certificação ISO 14001**. Universidade de Caxias do Sul ,Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Disponível em <http://hermes.ucs.br/ccet/deme/emsoares/inipes/iso/> > capturado em 28/07/05.

BOAVENTURA, Edivaldo M..**Metodologia da Pesquisa: Monografia, Dissertação, Tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOFF, Leonardo. **Desenvolvimento ou sociedade sustentável?** Artigo publicado do Jornal do Brasil em 15 de setembro de 2006, Disponível em < <http://www.leonardoboff.com>> capturado em 07/05/07.

BRAGA, Ivana. **Sibra firma acordo inédito de reparação a dano ambiental**. Disponível em <

<http://www3.atarde.com.br/cidades/interna.jsp?xsl=noticia.xsl&xml=NOTICIA/2001/03/31/920078.xml>>, capturado em 19/04/05.

BRAGA, Reinaldo. **Sibra indeniza moradores de Simões Filho**. Disponível em <[http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia\\_impresao.asp?codigo=2364](http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impresao.asp?codigo=2364)>, capturado em 19/04/05.

BRASIL. Constituição (1988). Art127 a 130. **Lex** : legislação federal e marginalia, São Paulo.v59.out./dez. 1995.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor, Lei n.º 8078/1990 (artigo 113).

BRASIL. Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº6.983, de 31 de Agosto de 1981. Constituição Federal, Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Lei de Ação Civil Pública sob nº. 7347/85, de 24 de Julho de 1985. Constituição Federal, Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BUARQUE, Cristóvam. **O pensamento em um mundo Terceiro Mundo**. In Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Marcel Bursztyn/ Organizador. Brasília : Brasiliense. 2ª. Edição -1994.

CAMARGO, M. e Outros. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo: Editora Futura, 2001.

DOMINIQ, P. e PLIHON, M. **Desequilíbrios Mundiais e Instabilidade Financeira. A responsabilidade das políticas liberais. Algumas referências Keynesianas**. In : A mundialização do capital: gênese, custos e apostas. Lisboa. Instituto Piaget, 1996.

FELDMAN, Fábio. Consumismo. In **Meio Ambiente no Século XXI**. Coordenação André Trigueiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FERRAZ ,João; CROCCO, Marco e ELIAS, Luiz A.. **Liberalização Econômica e Desenvolvimento (modelos, políticas e restrições)**. In

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Os Ambientalistas, os Direitos Sociais e o Universo da Cidadania**. In Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Leila da Costa Ferreira e Eduardo Viola (org). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 6ª Ed. Ampl. São Paulo : Editora Saraiva, 2005.

FISCHER, Rosa Maria; BOSE Mônica; MENDONÇA Luciana Rocha de; FEDATO, Cristina. Monitoramento de Projetos Sociais: um Desafio para as Alianças Intersectoriais. In ENCONTRO DA ANPAD ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXVII, 2003, Atibaia, **Anais Eletrônicos**, disponível em meio magnético – CD.

FISHER, Tânia. **IV Seminário: Governo Local e Participação**. Salvador: Escola de Administração, UFBA. 1990, mimeo, 115p.

FRANCO, Augusto de. **Terceiro Setor**. Disponível em <http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=textos&id=P23> , capturado em 08/04/05.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, vol 12, n. 1, p.9-19, Junho. 2002.

GARCIA, J; e Outros. **Sociedade & Políticas: Novos Debates entre ONGS e Universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Admirável Mundo Novo : o novo contexto da política** . Caderno CRH nº. 01 – 1987 – Salvador, Centro de Recursos Humanos – Ufba .1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M.G.M.. **Movimentos Sociais e Educação**. 5. ed. - São Paulo: Editora Cortez, 2001.  
**Educação Não-Formal E Cultura Política** – Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GOMES, Márcia. **Fábrica anuncia redução de poluição**. Disponível em <<http://www3.atarde.com.br/jornal/ambientevida/interna.jsp?xsl=noticia.xml&xml=NOTICIA/2005/09/20/838553.xmlA>>, capturado em 20/09/05.

GUIA DA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA CORPORATIVA. Suplemento da Revista AMANHÃ, Agosto/Setembro de 2005. Nº 213, Ano 19.

HOBSBAWM, Eric J.. **Era dos Extremos. O breve século XX : 1914-1991**. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

KANITZ, Stephen. **O que é o Terceiro Setor?** Disponível em <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>, capturado em 06/08/05.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LAVILLE, Crithian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEIS, Héctor Ricardo. Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo. **Ambiente e Sociedade**. Campinas: Oficinas Gráficas da UNICAMP, Ano I, nº02, 1º semestre de 2002.

LIMA, Uallace Moreira. Globalização Financeira X Democracia. Disponível em < [http://www.economiabr.net/colunas/lima\\_uallace/globalizacao.html](http://www.economiabr.net/colunas/lima_uallace/globalizacao.html)>. Acesso em 11/08/05.

LUBISCO, Nídia M.L., VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual do Estilo Acadêmico: Monografias, Dissertações e Teses**. 2ª. ed. rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA, 2003.

MARQUES, Ana Flávia; ETGES, Virginia Elisabeta; CAMPOS, Heleniza Ávila. Novos Palcos para um desenvolvimento. O papel das bacias hidrográficas e do Zoneamento Ecológico-Econômico. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VIII, nº14, julho de 2006, Salvador – Bahia.

MARQUES, Vlamir M. **As Conferências Mundiais de desenvolvimento social e o estabelecimento de parcerias entre o Terceiro Setor e o Governo Brasileiro. Estudo de Caso do Movimento de Organização Comunitária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador.

MAZZILI, Hugo Nigro. **Inquérito Civil**, São Paulo: Saraiva, 1999

MONTAÑO, C.. **Terceiro Setor e Questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

MOUSINHO, Patrícia . **Glossário** In Meio Ambiente no Século XXI. Coordenação André Trigueiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

MÜLLER, Andreas. O que o Brasil tem a lucrar com Kyoto. In **AMANHÃ, Gestão, Economia e Negócios**. Nº 209, ano 19, Abril de 2005. Plural Comunicação Ltda. Porto Alegre.

NASCIMENTO, Luiza Corrêa F. **Meio Ambiente – história, problemas, desafios e possibilidades**. Disponível em < <http://www.ibps.com.br/index.asp?idnoticia=1996>>, acesso em 22/07/05.

NOVAES, Alba Regiane; ASSUNÇÃO, Viviane Barbosa e MATTEDI, Ma. Raquel Mattoso. A importância do Terceiro Setor na Proteção Ambiental. In **Cadernos de Análise Regional**, Ano IV – nº. 13 – Setembro 2003. UNIFACS. Salvador-Ba.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul. 2005. Disponível em [http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2081&Secao=ARTIGO\\_S&Volume=4&Numero=1&Ano=2005](http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2081&Secao=ARTIGO_S&Volume=4&Numero=1&Ano=2005), acesso em 29/05/07.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social. Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis e Tributários**. 5.ed.ver., atual. e ampl. de acordo com a Lei nº. 10.406, de 10.01.2002 (Novo Código Civil Brasileiro). Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

PATERNOSTRO, Vanessa Melo; FISCHER, Tânia; SOARES JUNIOR, Jair Sampaio. Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas In ENCONTRO DA ANPAD ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXVII, 2003, Atibaia, **Anais Eletrônicos**, disponível em meio magnético – CD.

PINHO, Hortênsia Gomes. **Indenização de passivo ambiental através da criação de fundação ambientalista**. Estudo de Caso. Experiência Inovadora. Tese 33 subtema II. Encontro nacional do Ministério Público. 2003.

QUAGLIA, L. J.C.; SILVA, N.R.S.; CARVALHO, J.J.de S..Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, Relatório BMA 033/02. Salvador, 2002.

QUADROS, Cláudia Campra Ferreira de. A Co-Responsabilidade Ambiental: Um Estudo de Caso sobre a disseminação do autocontrole pelo Licenciamento Ambiental do Estado da Bahia.2004. Dissertação de Mestrado Profissional da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

REIS, Tatiana; MAGALHÃES, Ana Amélia de S..Experiência Inovadora a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta: o Caso da Fundação CRÊ. **ANAIS do X Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Dezembro de 2006.

RIBEIRO, Ernesto Eduardo Britto. Pracetum, uma metodologia de elaboração de projetos sociais. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RESENDE, Tomáz de Aquino. **Roteiro do Terceiro Setor. Fundações, Associações e Sociedades sem Fins Lucrativos**.Belo Horizonte: Publicare, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_ **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SHERER-WARREN, Elsie. ONGS na América Latina – Trajetória e perfil. In Meio Ambiente e Cidadania: desafios para as ciências sociais.2 ed. São Paulo: Cortez. Florianópolis ; Universidade Federal de Santa Catarina. 1998. Vários autores.

SHIM, Celine. ASSOCIAÇÃO VIVA E DEIXE VIVER. Profissionalização do serviço voluntário. Disponível em <



[http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/cenarios/case\\_viva\\_n21.doc](http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/cenarios/case_viva_n21.doc)>. Acesso em 14 maio de 2005.

SOUZA, Elaine Castelo Branco. O papel do Ministério Público no Combate à Poluição. **In Livro de Teses : Ministério Público e a cidadania** . Recife: Associação do Ministério Público de Pernambuco, 2001.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. **In Caderno CRH**, nº19, Salvador. 1993

WAQUIL, Paulo D., FINCO, Marcus V. A. e MATTOS, Ely J. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. *Rev. Econ. Sociol. Rural*. [online]. abr./jun. 2004, vol.42, no.2, p.317-340. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032004000200007&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000200007&lng=pt&nrm=isso)>, acesso em 04/08/05.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e método*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

### Fontes Eletrônicas

< <http://www.abong.org.br> >

Portal com as principais entidades do terceiro setor no Brasil. Foi criada como forma de representar as organizações não governamentais. Destaque para o *link* De olho em Brasília e Publicações.

<http://www.ajudabrasil.org>

Portal da ONG – Ajuda Brasil, entidade que congrega cerca de 500 entidades filantrópicas. Tem como objetivo facilitar o encontro entre potenciais doadores e/ou voluntários e entidades que necessitem deste tipo apoio, usando a Internet como principal meio. Destaque para o *link* SAIBA COMO.

< <http://www.ethos.org.br> >

Portal que congrega cerca 900 entidades e cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Destaque para o *link* UNIETHOS – Projeto de Universidade à distância para desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre Responsabilidade Social.

< <http://www.filantropia.org> >

Portal que congrega entidades e promove o prêmio Bem Eficiente, para valorizar as ações sociais realizadas pelas diversas ONGS. Destaque para o *link* Pesquisas do Terceiro Setor.

< <http://www.gife.org.br/> >

Destaca-se como a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Destaque para o *link* Redegife online

< <http://www.rits.org.br> >

A Rede de Informações para o Terceiro Setor tem com a missão ser uma rede virtual de informações, voltada para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Destaque para o *link* “Terceiro Setor?”.

## **ANEXOS**

### **Anexo A – Versão resumida do TAC – Objetivos da Compensação Ambiental**

**Anexo B – Questionário aplicado para o Diagnostico Econômico Social Ambiental**

## **Anexo C – Roteiro de Entrevistas**

### **01 - Para chefe de famílias atendidos e não atendidos pelo Fundação Crê**

1. Conhece ou já teve contato com a Fundação Crê? De que maneira foi este contato?
2. Já ouviu falar sobre compensação ambiental? Como relaciona esse tema com a Fundação Crê ?
3. A compensação ambiental poderia ter sido aplicada de outra forma, no caso da RDM X Simões Filho e suas comunidades?
4. Na sua opinião, o fato de beneficiar 200 famílias foi suficiente para a compensação ambiental?
5. Que benefícios sociais (esgoto, tratamento de água, urbanização de ruas, documentação) possui e quais foram conseguidos através da Fundação Crê?
6. Como avalia o trabalho desenvolvido pela fundação?
7. Em caso de afastamento ou extinção da fundação, que faria com as ações já iniciadas?

**02 – Para parceiros , colaboradores e signatários do acordo**

1. Como teve contato com a Fundação Crê?
2. Quais valores aponta no projeto SER da Fundação Crê ?
3. Como avalia o trabalho desenvolvido pela fundação?
4. Entende como suficiente a compensação ambiental aplicada?
5. O projeto prevê instrumentos de continuidade das ações em caso de afastamento ou extinção da Fundação?
6. Como avalia a postura da empresa em relação a comunidade afetada e vice versa?
7. De que forma a gestão da Fundação influencia na percepção da comunidade das atividades desenvolvidas?
8. De que maneira as ações desenvolvidas pela Fundação garantiram acesso aos serviços sociais pela comunidade atingida?